BANIF
INVESTMENT
MANAGERS

Relatório e Contas

Banif Açor Pensões – SGFP, S.A.

2 0 0 8

BANIF
INVESTMENT
MANAGERS

Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Capital Social € 1.850.000
Contribuinte n.º 512 029 253
Registo C.R.Comercial de Ponta Delgada
Sede Social: Largo da Matriz, 45, 9500-118 Ponta Delgada
Escritório: Rua Tierno Galván, Torre 3, 14º, 1070-274 Lisboa

BANIF INVESTMENT MANAGERS

Índice

Mensagem aos Accionistas		**5**
Relatório do Conselho de Administração		**7**
1.	**Enquadramento Macroeconómico**	**8**
1.1	Conjuntura Internacional	8
1.2	Conjuntura Nacional	13
1.3	Mercados	15
1.3.1	Situação Global	15
1.3.2	Mercado de Retalho e de Empresas	16
1.3.3	Mercados Monetário e Cambial	16
1.3.4	Mercado de Obrigações	18
1.3.5	Mercado de Acções	19
2.	**Actividade da Empresa**	**21**
2.1	Análise Retrospectiva	21
2.2	Perspectivas para 2009	40
3.	**Análise do Balanço e Demonstração de Resultados**	**42**
4.	**Proposta de Aplicação de Resultados**	**44**
5.	**Nota Final**	**45**
6.	**Demonstrações Financeiras**	**46**
6.1	Balanço e Demonstração de Resultados	46
6.2	Inventário de Títulos e Participações Financeiras	49
6.3	Demonstração de Resultados por Funções	50
6.4	Demonstração dos Fluxos de Caixa	51
6.5	Anexo às Contas	53
Anexos ao Relatório e Contas		**60**
Relatório e Parecer do Fiscal Único e Certificação Legal das Contas		**65**

Orgãos Sociais

Assembleia Geral

Engº José Manuel Almeida Braz	*Presidente*
Drª. Vanda Maria Marcelino de Melo e Silva	*Secretário*

Conselho de Administração

Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes	*Presidente*
Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques **Dr. Carlos Alberto Rodrigues Ballesteros Amaral Firme** **Dr. Luís Filipe Saramago Carita** **Dr. Carlos Eduardo Pais e Jorge**	*Vogais*

Fiscal Único

Dr. Manuel Luís Branco em representação de UHY - A. Paredes e Associados, SROC, Lda	*Efectivo*
Dr. António José Pereira da Silva em representação de A. Jacinto e Pereira da Silva, SROC, Lda	*Suplente*

Secretário da Sociedade

Dra. Ângela Maria Simões Cardoso Seabra Lourenço	*Efectivo*
Dr. Tiago dos Santos Matias	*Suplente*

Comissão de Accionistas

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos	em representação de **Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.**
Engº Diogo António Rodrigues da Silveira	em representação de **Companhia de Seguros Açoreana, S.A.**
Dr. Carlos David Duarte de Almeida	em representação de **Banif - Banco de Investimento, S.A.**

Mensagem aos Accionistas

O ano de 2008 representou a continuação da crise financeira iniciada em 2007 com o eclodir dos problemas relacionados com o crédito hipotecário nos EUA.

A forte instabilidade verificada nos mercados financeiros, particularmente após a falência do *Lehman Brothers*, em Setembro de 2008, conduziu a uma situação de grave disfuncionalidade dos mercados monetários e de crédito e a fortes quedas nos mercados accionistas.

O exercício findo revelou-se um ano particularmente difícil face a uma conjuntura de mercado que nada favoreceu a gestão de activos, particularmente as carteiras de fundos de pensões que apresentam, pelas suas próprias características e especificidades, uma forte componente de activos de baixo risco percepcionado, particularmente obrigações de taxa fixa e variável, classes que foram extremamente penalizadas ao longo do período.

No termo do exercício de 2008 a Banif Açor Pensões mantinha o 10º lugar do ranking do mercado português no que respeita ao volume de activos sob gestão, com uma quota de mercado de 1,22%, a qual compara com a quota de 1,18% alcançada no final de 2007 e de 0,77% no final de 2003. Os resultados de gestão vieram necessariamente a acusar a má conjuntura de mercado, com os fundos de pensões geridos pela Sociedade a alcançarem rendibilidades negativas, em linha com o mercado.

O montante de activos geridos pela Sociedade registou em 2008 um decréscimo para 247 milhões de euros, fruto do contexto adverso de mercado, embora a Sociedade tenha constituído três novos fundos de pensões e ganho 21 novos mandatos. Apesar dos resultados negativos de 2008, comparando os últimos 5 anos, o crescimento acumulado dos activos sob gestão cifrou-se em 97,09%, muito acima do crescimento de 24,32% registado pelo mercado.

O retorno sobre os capitais próprios no exercício foi de 3,6%, tendo o resultado líquido do exercício evidenciado o valor de cerca de 125 mil euros.

Considerando o contexto de mercado a que assistimos, o novo exercício será, seguramente, um novo desafio de gestão. Acreditamos contudo que se encontram reunidas as condições necessárias à concretização dos objectivos a que nos propomos no próximo ano, potenciando o crescimento e o desenvolvimento da Banif Açor Pensões.

A Sociedade continua a investir fortemente no seu desenvolvimento e mantém uma carteira de projectos que englobam as áreas de controle de risco, serviço e certificação, com o objectivo de acrescentar um valor importante e diferenciador ao serviço global que oferece.

O contínuo investimento na qualidade do serviço disponibilizado aos clientes, fundamentalmente ao nível da informação de gestão e dos respectivos suportes de divulgação e *interface* relacional com os Participantes, Beneficiários e Pensionistas, é um dos mais importantes objectivos.

Sem prejuízo da captação de novos clientes e mandatos, a dinamização dos actuais planos de pensões, designadamente os de âmbito socioprofissional, é um dos principais objectivos comerciais, continuando a privilegiar a abordagem integrada de clientes do Grupo, reforçando as parcerias estratégicas com as direcções comerciais das várias empresas do Grupo Banif.

Artur Manuel da Silva Fernandes
Presidente do Conselho de Administração

BANIF
INVESTMENT
MANAGERS

Relatório
do
Conselho de Administração

1. Enquadramento Macroeconómico

1.1 Conjuntura Internacional

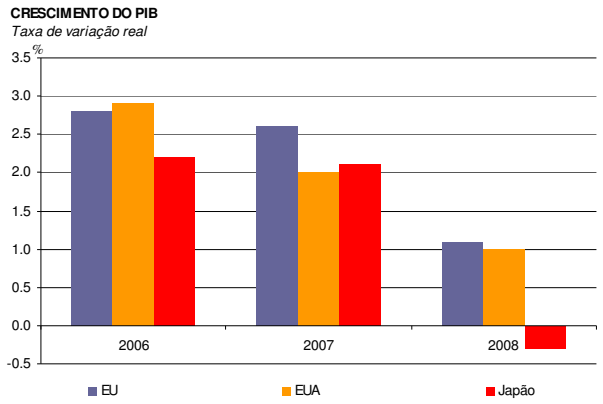
O ano de 2008 ficou marcado pela eclosão daquela que é já considerada a mais grave crise financeira e económica desde meados do século XX. Apesar de um início de ano ainda relativamente robusto em termos de crescimento, os sinais de debilidade no sector financeiro surgiram logo em Março, quando a Reserva Federal americana foi obrigada a intervir no banco de investimento Bear Stearns, forçando a sua compra pelo banco J.P. Morgan. A deterioração já visível nos mercados financeiros – o FMI estimou em cerca de 2.200 mil milhões de dólares o total de perdas associadas à crise do *subprime* - viria a atingir um pico crítico em Setembro, na sequência da falência do banco de investimento Lehman Brothers. Este evento provocou uma redução abrupta nos níveis de confiança dos investidores, que viria a traduzir-se em quedas generalizadas nos mercados financeiros – 2008 terá sido o pior ano para os mercados americanos desde 1931 - e na total paralisação dos mercados monetários interbancários. A partir daí, a sucessão de eventos foi vertiginosa. Nos Estados Unidos, o Governo apresentou um plano de intervenção no sistema financeiro, centrado na compra de activos problemáticos, que rapidamente evoluiu para intervenções directas nos capitais dos bancos. Além das várias injecções de liquidez por parte de vários bancos centrais, registou-se um corte de taxas inédito, concertado entre seis bancos centrais, incluindo a Reserva Federal e o Banco Central Europeu (BCE), em Outubro. Foram ainda, desenvolvidos, programas de apoio público à recapitalização de alguns bancos europeus, nomeadamente no Reino Unido e no Benelux.

A intensidade da crise não tardou em reflectir-se na economia, assistindo-se a uma deterioração significativa dos níveis de confiança para mínimos históricos nos dois lados do Atlântico. Nos Estados Unidos, a economia perdeu cerca de 1,6 milhões de empregos apenas no 4º trimestre. As crescentes preocupações com um potencial cenário de deflação, provocado primeiro pela forte queda dos preços das matérias-primas e agravado pela contracção da procura, levaram a Reserva Federal a reduzir a sua taxa de 2,00% em Setembro para um intervalo entre 0,00% e 0,25% em Dezembro e a optar por medidas de política monetária alternativas, focadas na expansão do seu balanço através da compra de activos. Na Europa, o BCE viria igualmente a cortar a refi rate de 4,25% para 2,50% no mesmo período, um movimento acompanhado por várias outras autoridades monetárias, nomeadamente o Reino Unido. Neste contexto, as perspectivas para o andamento da economia global foram revistas em baixa com bastante frequência, sobretudo a partir de Setembro. O FMI considera que a economia global registou o mais forte abrandamento sincronizado desde a 2ª Grande Guerra Mundial e pela primeira vez em 2008, estimando um crescimento de 3,4% face a 5,2% em

2007. Neste contexto, foram anunciados vários pacotes fiscais em todo o mundo, destacando-se aquele apresentado pela União Europeia, estimado em €200 mil milhões, equivalente a cerca de 1,5% do PIB da União Europeia.

O comportamento das matérias-primas foi outro factor marcante de 2008, com o petróleo a atingir máximos históricos ligeiramente acima dos 140 dólares em Junho mas registando uma inversão abrupta a partir do Verão até fechar o ano perto dos 40 dólares. A implosão da crise financeira, que obrigou muitos investidores a desfazer as suas carteiras, pressionando os preços dos activos, e as expectativas de um forte abrandamento na procura do lado da economia justificaram o extremismo desta inversão de tendência. Outro aspecto a reter de 2008 foi a acentuada depreciação do dólar durante a primeira metade do ano, atingindo um mínimo de 1,5991 contra o euro, justificada pela divergência de expectativas quanto ao andamento das políticas monetárias dos dois blocos mas também por alguma correlação com o preço do petróleo.

As economias emergentes não permaneceram imunes à crise, embora a persistência de elevados preços das matérias-primas, das quais muitas são exportadoras, durante a primeira metade do ano, por um lado, e a pouca exposição dos seus sistemas financeiros à crise do *subprime*, por outro, tenham contribuído para alguma resiliência. Setembro marcou o ponto de inversão, já que a subida repentina nos níveis de aversão ao risco levou a generalidade dos investidores a refugiar-se em activos de baixo risco – o yield da obrigação do Tesouro americano na maturidade a 10 anos caiu para 2,08% no fim do ano (o nível mais baixo de que há registo) - em detrimento das classes de activos de maior risco. Este fenómeno traduziu-se em correcções generalizadas dos respectivos mercados de capitais e acentuadas depreciações cambiais.

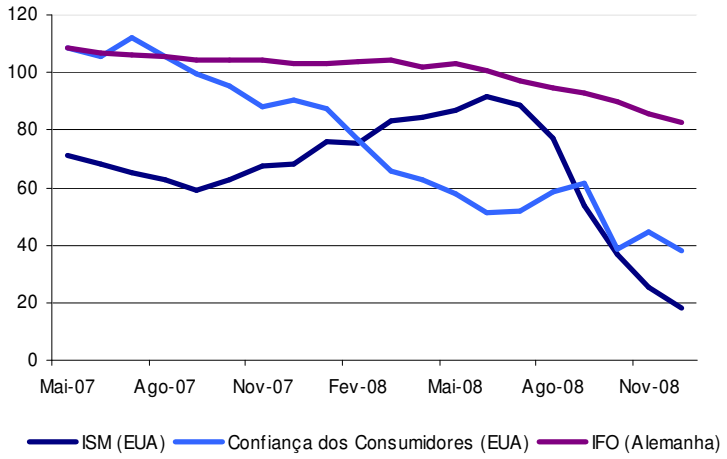


Estima-se que a economia americana tenha registado um crescimento de 1,1% em 2008, ligeiramente abaixo do nível de 2,0% observado em 2007. No entanto, esse diferencial esconde

um perfil intra-anual muito distinto, já que a economia fechou a primeira metade do ano a crescer cerca de 2,8% em termos homólogos mas terá registado, de acordo com os dados disponiveis (provisórios), uma queda de 3,80% no último trimestre do ano. Até meados do ano, a evolução do mercado imobiliário mantinha-se como o grande foco de preocupação, devido ao elevado stock de casas por vender e à queda persistente dos preços, que se reflectiu em maus desempenhos de todos os indicadores associados, nomeadamente os do sector de construção. Neste contexto, a Reserva Federal cortou a sua taxa de referência em 3 pontos percentuais até Abril, incluindo um corte extraordinário entre reuniões de 75 pontos base, logo em Janeiro.

Com o agravamento da crise financeira a partir de Setembro, os principais índices de confiança, quer de consumidores, quer de empresas, atingiram mínimos históricos (desde o início das respectivas séries estatísticas, em meados do século XX) e acentuou-se a subida da taxa de desemprego, que chegou a 7,2% em Dezembro face a 4,9% em Janeiro. Do lado dos preços, a taxa de inflação homóloga atingiu um pico em 5,6% em Julho, que reflectiu essencialmente a subida do preço do petróleo, mas inverteu rapidamente a tendência, fechando o ano em 0,1%.

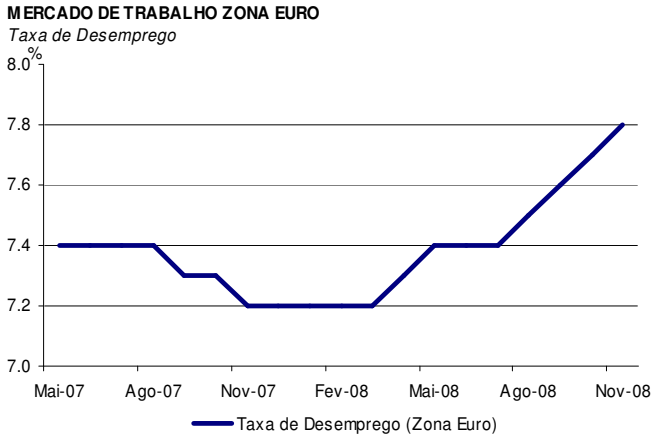
ÍNDICES DE CONFIANÇA



Para a Zona Euro, o FMI estima um crescimento de 1,0% em 2008, implicando uma forte desaceleração face ao ritmo de 2,6% registado em 2007. Embora o padrão de abrandamento tenha sido generalizado, as economias espanhola e irlandesa iniciaram o ano já em clara trajectória descendente, devido aos problemas estruturais nos sectores de imobiliário e construção. A França, a Itália e a Alemanha seriam as seguintes a dar sinais de abrandamento, levando o bloco europeu a desacelerar de um ritmo de crescimento homólogo de 2,1% no 1º trimestre para 0,6% no 3º trimestre, ao mesmo tempo que a taxa de desemprego foi subindo gradualmente, de 7,2% para 7,7% (dados de Outubro). Apesar deste contexto, a taxa de inflação harmonizada da União europeia elevou-se substancialmente acima do objectivo de 2%

estabelecido pelo BCE – 4,0% em Junho – devido à subida dos preços das matérias-primas, levando o banco central a manter um discurso muito conservador, que viria a resultar numa subida de 25 pontos base da *refi rate* em Julho, para 4,25%.

O agravamento das condições no sector financeiro a partir de Setembro ditou uma deterioração substancial do ambiente macroeconómico na parte final do ano, com a maioria dos indicadores de confiança a cair para mínimos históricos - o índice IFO, que mede a confiança dos empresários alemães, desceu aos níveis de início dos anos 90, por altura da reunificação alemã. As vendas a retalho e a produção industrial aceleraram igualmente o ritmo de queda homóloga que já vinham registando desde meados do ano. Com este enquadramento, o BCE viria a inverter a trajectória das taxas, reduzindo a *refi rate* em três momentos, um dos quais um corte extraordinário entre reuniões, em concertação com outros bancos centrais em Outubro, para 2,5%. De referir que, para lá das movimentações na taxa de referência, o BCE se manteve presente nos mercados monetários interbancários ao longo de todo o ano, actuando como contraparte preferencial dos bancos nos seus processos de financiamento, já que o mercado de obrigações de médio prazo se manteve praticamente encerrado durante 2008. Os crescentes sinais de recessão levariam também a maioria dos governos europeus a apresentar planos de estímulo fiscal, ao consumo e ao investimento, enquadrados numa proposta da Comissão Europeia que previu o dispêndio de 200 mil milhões de euros, equivalente a cerca de 1,5% do PIB da União Europeia.



Estima-se que a economia japonesa tenha registado uma contracção de 0,3% em 2008, que compara com um crescimento de 2,4% em 2007, embora o padrão intra-anual denote uma desaceleração muito acentuada na 2ª metade do ano. Com efeito, o PIB chegou a crescer acima de 3% em termos homólogos no 1º trimestre, suportado pelo consumo privado e pelas exportações. No entanto, a forte apreciação do Iene face a Dólar durante a primeira metade do ano, que reduziu a atractividade das exportações japonesas, e a eclosão da crise financeira

internacional durante o Verão acabariam por levar a economia à recessão na parte final de 2008. Neste contexto, vários indicadores económicos, com destaque para os índices de confiança e de produção industrial, registaram comportamentos semelhantes aos da recessão de 2001, levando o Banco do Japão a cortar a sua taxa de referência em 20 pontos base, de 0,5% para 0,3%, apesar de a inflação ter batido um máximo de 15 anos (2,2%) durante o 3º trimestre.

As principais economias asiáticas terão registado um crescimento de 7,8% em 2008, ligeiramente abaixo do ritmo registado no ano anterior (10,6%), reflectindo a desaceleração quer da China – estima-se que o PIB tenha crescido 9,0%, abaixo do nível de 13,0% registado em 2007 -, quer da Índia, cuja economia terá crescido cerca de 7,3% face a 9,3% em 2007. A desaceleração do comércio global – o FMI estima que o ritmo de crescimento das trocas globais tenha abrandado de 7,2% para 4,1% e que o crescimento das exportações das economias emergentes e em desenvolvimento tenha desacelerado de 9,6% para 5,6% - afectou o desempenho daquelas economias. Deve ser sublinhado, contudo, que o menor grau de sofisticação dos respectivos sistemas financeiros contribuiu para mitigar o impacto da crise financeira internacional e que a reacção atempada das autoridades – o Governo chinês apresentou um ambicioso plano de estímulo orçamental no 4º trimestre – deverá dar algum suporte à procura interna.

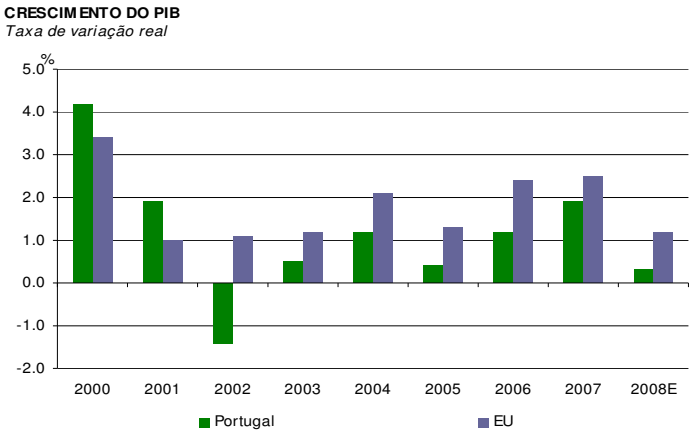
Estima-se que a América Latina tenha registado um crescimento de 3,8% em 2008, o que compara com 5,0% em 2007, com a taxa de inflação a atingir 5,7% face a 5,4% em 2007. A procura doméstica continuou a ser o grande motor de crescimento do bloco latino-americano, beneficiando do baixo nível de taxas de juro e do aumento do crédito ao consumo, enquanto que o crescimento económico mundial, especialmente da procura da China, assim como o comportamento favorável dos preços das matérias-primas, beneficiaram o sector exportador.

A economia brasileira terá crescido a uma taxa anualizada de 5,8% em 2008, acima dos 5,7% registados no ano anterior, mantendo assim um nível robusto. A economia beneficiou da forte expansão da procura interna (consumo das famílias, investimento e gastos do governo) estimulada pelo crescimento do rendimento disponível, pelo baixo nível de desemprego e pela expansão do crédito ao consumo. O dinamismo das componentes do investimento, resultado da redução do nível de taxas de juro no ano anterior, e o forte crescimento das exportações explicam igualmente a boa performance da economia brasileira. O bom andamento da economia e a melhoria estrutural nas contas externas acabariam por levar a agência de rating Standard&Poors a subir a notação de risco da dívida de longo prazo em moeda externa do país para a categoria de Investment Grade em Maio, uma decisão há muito desejada pelas

autoridades brasileiras. No que diz respeito ao índice de preços no consumidor, a inflação (medida pela variação homóloga) subiu para 5,9%, ficando acima dos 4,5% registados em 2007. Perante um cenário de crescimento económico acima do potencial, o Banco Central do Brasil decidiu iniciar um ciclo de subida de taxas, aumentando a taxa SELIC para 13,75%, 250 pontos base acima do nível observado no início do ano. Contudo, a forte deterioração das condições externas e incertezas quanto à recuperação económica, na sequência da crise financeira mundial que deflagrou em Setembro de 2008, levariam o Banco Central a interromper essa estratégia. Neste contexto, o Real inverteu o movimento de apreciação face ao Dólar que vinha apresentando até meados do 3º trimestre de 2008 e acabou por registar uma desvalorização de quase 40%, encerrando o ano em R$ 2,32/US$ face a R$ 1,79/US$ no início do ano e R$ 1,59/US$ em Julho de 2008. O forte incremento nos níveis de aversão ao risco por parte dos investidores internacionais reflectiu-se também no alargamento do spread do principal referencial de risco Brasil (o índice EMBI+) para um nível idêntico ao registado em finais de 2003: 428 pontos base face a 220 pontos base no início de 2008.

1.2 Conjuntura Nacional

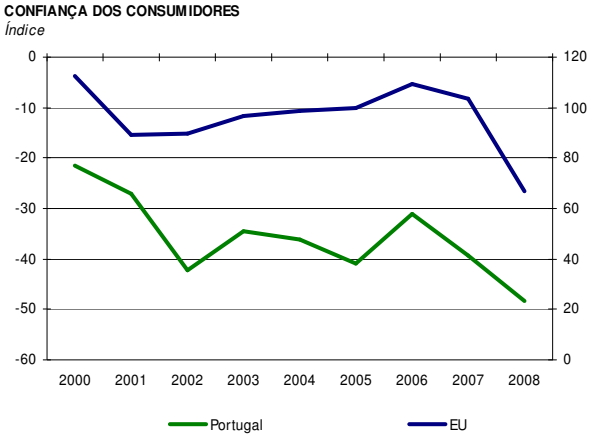
De acordo com o Banco de Portugal, a economia portuguesa terá crescido cerca de 0,3% em 2008, bastante abaixo do nível de 1,9% registado em 2007 e interrompendo o ciclo de aceleração observado desde meados de 2006. À semelhança da envolvente externa, as condições económicas ter-se-ão agravado particularmente no último trimestre do ano, levando o Banco de Portugal a rever em baixa para 0,3% uma estimativa que se situava em 1,2% a meio de Junho.



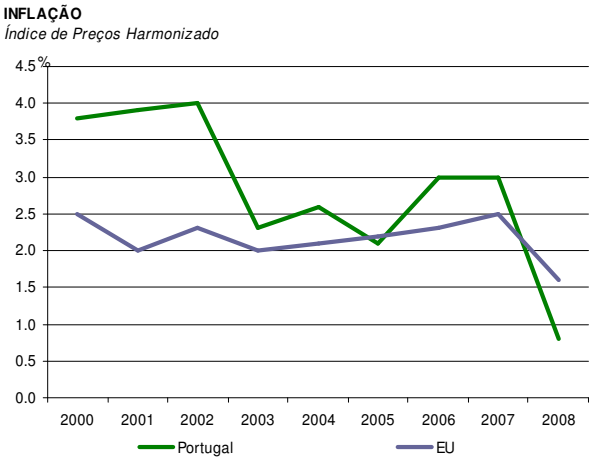
O comportamento ligeiramente positivo da economia portuguesa ao longo de 2008 ter-se-á ficado a dever à procura doméstica, sobretudo à rubrica de consumo privado, que terá aumentado cerca de 1,4%, enquanto o consumo público se manteve praticamente inalterado, registando uma taxa de variação homóloga de 0,2%. A formação bruta de capital fixo terá

caído 0,8% em 2008, reflectindo uma forte desaceleração da procura externa na segunda metade do ano e uma deterioração acentuada nos níveis de confiança das empresas, sobretudo no segmento da indústria transformadora.

Do lado da procura externa, as exportações líquidas apresentaram um contributo negativo em 0,8% para o crescimento da economia, que reflecte o maior crescimento das importações (2,4%) face ao das exportações (0,6%). Em resultado, o saldo da balança comercial ter-se-á deteriorado para 8,0% do PIB face a 6,9% em 2007, embora deva ser sublinhado que o agravamento é parcialmente explicado pelo saldo da balança energética, devido ao aumento dos preços do petróleo em 2008 (o valor médio do ano subiu de 73 dólares para 99 dólares).



A evolução da inflação ao longo de 2008 acabou por reflectir os dois grandes factores marcantes do ano: na primeira metade, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) chegou a atingir 3,4% em Junho, reflectindo o pico nos preços do petróleo. Na segunda metade de 2008, a inversão abrupta do preço do petróleo associado à forte e rápida deterioração das condições económicas terá levado a taxa de inflação homóloga a fechar o ano em cerca de 0,8%.



1.3 Mercados

1.3.1 Situação Global

O ano de 2008 ficou particularmente difícil para o sector financeiro. A crise do *subprime* – crédito hipotecário de alto risco – originou uma turbulência financeira sem precedentes e pôs em questão a viabilidade dos modelos do negócio bancário assentes na desintermediação de risco e na dependência dos mercados monetários e de capitais, sobretudo atendendo à quase paralisação dos canais de financiamento inter-bancários. A instabilidade no sector viria a resultar em intervenções governamentais nos Estados Unidos e na Europa, com o objectivo de restaurar a qualidade dos activos de balanço e recapitalizar os bancos, na sequência de novas exigências regulamentares relativamente a rácios de capital. Portugal não foi excepção a este padrão: o Banco de Portugal passará a exigir um rácio mínimo de 8% para os Capitais Próprios de Base a partir de Setembro de 2009, face a 6% anteriormente, o que levou o Governo português a disponibilizar cerca de 4 mil milhões de euros para a recapitalização dos bancos, juntamente com garantias para o financiamento de médio e longo prazo. Ao nível da política monetária, a rápida propagação da crise financeira à economia, particularmente visível no 4º trimestre, resultou numa inversão abrupta do ciclo de taxas de juro na Europa – depois de ter subido a sua taxa de referência em 25 pontos base para 4,25% em Julho, o Banco Central Europeu viria a reduzi-la para 2,5% em Dezembro.

No que diz respeito aos grandes agregados da demonstração de resultados, observou-se uma queda generalizada das principais rubricas de receita. Quanto à margem financeira, o seu comportamento foi beneficiado, por um lado, pela subida generalizada dos spreads cobrados, a que acresceu a forte subida das taxas Euribor durante o ano em reflexo das tensões nos mercados monetários. No entanto, os custos de financiamento aumentaram substancialmente, já que a paralisação dos mercados monetários levou a generalidade dos bancos a financiar-se directamente junto do Banco Central Europeu, por um lado, e a oferecer taxas de depósito bastante mais atractivas, de forma a aumentar o peso dos depósitos face a outras alternativas de financiamento. Enquanto as receitas de operações financeiras foram largamente prejudicadas pelas quedas dos mercados de acções e obrigações, as comissões sofreram também reduções decorrentes do menor volume de crédito concedido e da redução dos volumes transaccionados em mercado e dos activos sob gestão. Finalmente, a conjuntura de abrandamento económico associada à subida muito acentuada das taxas Euribor levou a um aumento dos níveis de incumprimento de crédito, com reflexos no custo de risco. Relativamente aos agregados de balanço, merece destaque a desaceleração de crescimento do volume de

crédito concedido para 8,3% (dados até Outubro de 2008) e a redução nas carteiras de títulos, reflectindo não apenas a perda de valor explicada pelas quedas nos principais mercados de activos mas também uma intenção deliberada de redução dos activos.

1.3.2. Mercado de Retalho e de Empresas

As dificuldades no acesso a financiamento de dívida por grosso e a pressão sobre a rentabilidade decorrente da redução das receitas levou a generalidade dos bancos a reavaliar as suas políticas de preços durante o ano de 2008. Neste contexto, o ano evidenciou uma tendência de subida sustentada e progressiva das taxas activas praticadas pelos bancos em todos os segmentos de crédito. Os novos empréstimos concedidos a sociedades não financeiras sofreram um agravamento de 72 pontos base, para 7,92% (Novembro), para operações até 1 milhão de euros. No segmento dos particulares, o aumento médio rondou os 35 pontos base para 5,55% no crédito à habitação e 94 pontos base para 10,53%, nos novos empréstimos para consumo pessoal. Note-se que a subida foi gradual ao longo do ano e não reflectiu a descida acentuada das taxas Euribor na parte final de 2008, implicando por isso um alargamento do spread implícito.

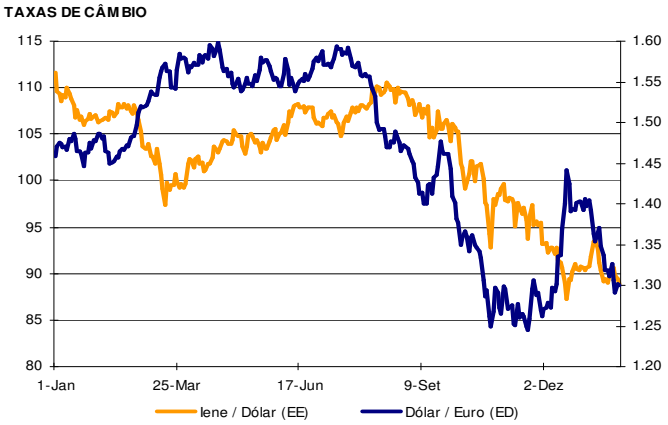
No que respeita às taxas passivas praticadas pelas instituições bancárias, nota-se uma distinção entre o segmento empresarial, cuja taxa de remuneração passou de 4,36% no fim de 2007 para 3,99% e o segmento dos particulares, que viu a taxa de remuneração dos depósitos subir 30 pontos base para 4,27% no mesmo período. Importa ter em conta que, neste segundo caso, o movimento de subida manteve-se apesar da descida das taxas Euribor, implicando uma redução da margem de intermediação.

Quanto a volumes, o crédito global aumentou cerca de 8,3% face ao ano anterior, com o segmento de particulares a denotar uma clara desaceleração. Assim, o crédito hipotecário aumentou cerca de 5,2% em termos homólogos em Outubro, face a 8,2% no final de 2007, enquanto o crédito ao consumo subiu 7,9% no mesmo período, que compara com um crescimento de 11,3% no ano de 2007. Do lado das empresas, não se registou abrandamento: até Outubro, este segmento apresentava um crescimento homólogo de 11,8% face a 11,2% em 2007.

1.3.3. Mercados Monetário e Cambial

No que respeita aos mercados cambiais, 2008 caracterizou-se pela elevada volatilidade em torno do dólar, que registou novos mínimos históricos contra o Euro (1,5991) e o Iene (87,24) em meados do ano. A divergência de discursos entre as autoridades monetárias – enquanto a

Reserva Federal iniciou um ciclo agressivo de descida de taxas logo em Janeiro, o Banco Central Europeu continuou a mostrar-se preocupado com pressões inflacionistas e chegou a subir a sua taxa ainda em Julho – justificou grande parte desse comportamento. A rapidez do movimento de depreciação acabou por gerar alguma pressão técnica, permitindo ao dólar fechar o ano nos 1,39 dólares contra o euro, o que representa uma perda anual de apenas 5%. A rápida deterioração das condições macroeconómicas levou o Banco Central Europeu a cortar a refi rate por três vezes no último trimestre do ano, reduzindo o diferencial para a fed funds da Reserva Federal e amenizando igualmente a pressão sobre o dólar.

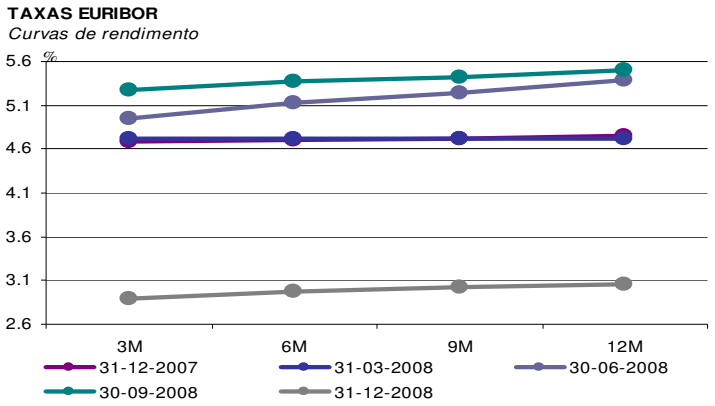


O mercado monetário interbancário continuou a apresentar um comportamento deficiente em 2008 apesar das várias intervenções do Banco Central Europeu, já que a persistência de um diferencial entre as taxas Euribor e a taxa de referência num patamar elevado em termos históricos desincentivou o recurso por parte dos bancos a este canal de financiamento.

A falência do banco de investimento Lehman Brothers em Setembro agravou ainda mais esse contexto, implicando uma paralisação quase total do mercado e levando as taxas Euribor a bater máximos – assim, a taxa a 12 meses atingiu 5,526% no início de Outubro, uma subida de 78 pontos base desde o início do ano e representando um diferencial de 127 pontos base face à taxa do Banco Central Europeu.

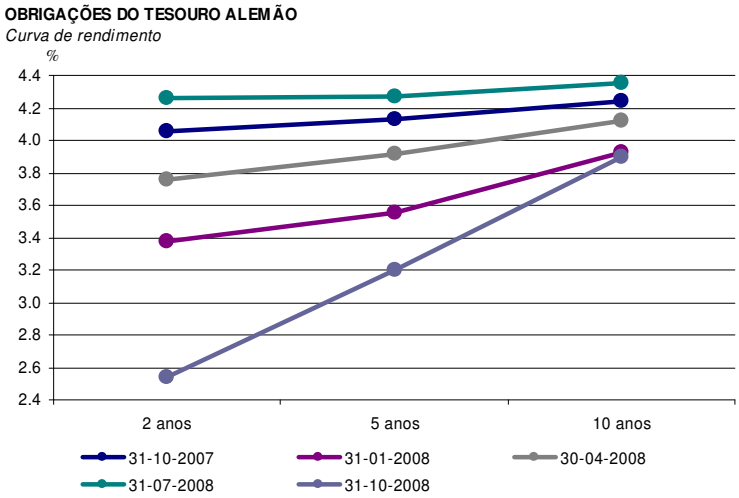
O corte cumulativo de 175 pontos base implementado pelo BCE até ao final de 2008 viria a produzir efeitos expressivos nas taxas Euribor – a taxa a 12 meses situava-se a 3,05% a 31 de Dezembro –, embora os volumes no mercado monetário se tenham mantido anormalmente baixos.

Assim, para o conjunto do ano, a taxa a 3 meses viria a cair 179 pontos base, para 2,89%; a taxa a seis meses reduziu-se em 174 pontos base para 2,97% e a taxa a doze meses caiu 170 pontos base.



1.3.4. Mercado de Obrigações

A curva de rendimento das obrigações soberanas nos Estados Unidos começou por reflectir, na primeira metade do ano, a rápida descida da taxa da Reserva Federal, de 4,25% para 2,0%, com as maturidades entre os 2 e os 5 anos a reagirem de forma mais acentuada, o que resultou num aumento da inclinação da curva. No entanto, a partir de Setembro, a redução drástica da fed funds rate para o intervalo 0,00 – 0,25% provocou uma translação descendente da curva de rendimentos, com as taxas de rentabilidade a dois anos e dez anos a descer para 0,75% e 2,08%, respectivamente. É importante sublinhar que a opção da Reserva Federal de descer a sua taxa para 0% foi acompanhada de outras medidas de política monetária centradas essencialmente na compra de activos em mercado, implicando portanto uma expansão do balanço do banco central. No conjunto do ano, observou-se um aumento do diferencial entre as rendibilidades a dois e dez anos de 98 pontos base para 133, a que não serão alheias as preocupações dos investidores com o aumento esperado para a oferta de dívida soberana tendo em conta a dimensão dos pacotes fiscais entretanto anunciados.



Na Europa, as taxas de rendibilidade das obrigações soberanas alemãs mantiveram-se razoavelmente inalteradas durante a primeira metade do ano, reflectindo alguma apreensão dos investidores quanto às perspectivas macroeconómicas, tendo em conta o discurso particularmente vigilante do Banco Central Europeu sobre a inflação. No entanto, a alteração do rumo de política a partir de Setembro, produziu uma translação descendente da curva, ligeiramente mais acentuada nas maturidades mais curtas. Assim, para o conjunto do ano, e à semelhança dos Estados Unidos, o diferencial entre as taxas de juro das maturidades de 2 e 10 anos aumentou de 34 pontos base para 119 pontos base, com a perspectiva de oferta acrescida de dívida pública a pesar nas maturidades mais longas. A maior agressividade da política monetária conduzida pela Reserva Federal levou a que o diferencial entre a rentabilidade das obrigações a 10 anos nos EUA e Alemanha passasse de -29 pontos base para -87 pontos base.

A curva de rendimentos portuguesa acompanhou a tendência dos movimentos do bloco Euro ao longo de 2008, com a rendibilidade da Obrigação do Tesouro a 10 anos a cair de 4,54% para 3,93%. No entanto, a perspectiva de deterioração das contas públicas devido aos pacotes orçamentais acabou por ditar um alargamento do diferencial face à obrigação de referência alemã no prazo a 10 anos de 24 pontos base no fim de 2007 para 102 pontos base a 31 de Dezembro de 2008.

1.3.5. Mercado de Acções

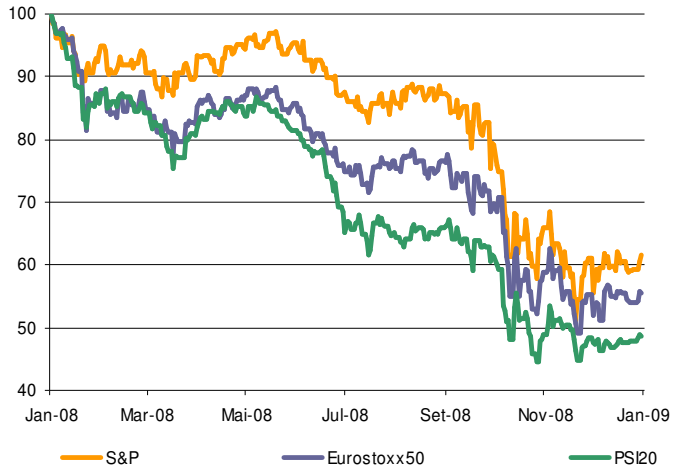
O mercado de acções português registou em 2008 o pior desempenho da sua história, tendo registado uma queda de 51,3%. Este comportamento ficou a dever-se a uma combinação variada de factores, dos quais se destaca a conjuntura de correcção generalizada – os mercados americanos registaram o seu pior ano desde 1931 e o índice VIX atingiu máximos históricos a 89,53 – agravada pela condição periférica e pelos baixos níveis de liquidez do mercado português. Com efeito, o volume total transaccionado no mercado português (PSI20) registou uma queda de 30%, de €81 mil milhões para €55 mil milhões. A venda forçada de activos por parte de investidores mais alavancados em conjunto com a saída de muitos investidores estrangeiros constituiu igualmente um factor de pressão sobre as cotações. As empresas de pendor mais cíclico, reflectindo as expectativas de recessão económica, por um lado, e os bancos, devido à crise financeira, por outro, apresentaram as maiores quedas do mercado. Apesar das condições adversas, merecem destaque os aumentos de capital efectuados pelo Millennium BCP (1,3 mil milhões de euros), pelo BPI (400 milhões) e pela BANIF-SGPS (100 milhões de euros).

Quanto aos restantes mercados, o índice Eurostoxx50 registou uma perda de 44,3%, o DAX caiu 40,4% e o IBEX 39,4%. Do lado dos mercados americanos, as perdas atingiram os 39,3%

para o S&P e 34,7% para o Dow Jones. Embora tenham conseguido permanecer relativamente imunes à tendência de correcção nos mercados desenvolvidos durante grande parte de 2008, as bolsas de mercados emergentes acabariam o ano com perdas igualmente substanciais - o Hang Seng (Hong Kong) caiu 48,3% enquanto o Bovespa (Brasil) perdeu 41,2% - na sequência da falência da Lehman Brothers e da forte subida nos níveis de aversão ao risco que se lhe seguiu.

Em termos intra-anuais, os mercados sofreram dois grandes momentos de correcção: um, logo no início do ano, à medida que as expectativas dos investidores começaram a apontar para um cenário de recessão em vez de abrandamento económico global, e o segundo, em Setembro, quando a crise no sector financeiro se agudizou, na sequência da falência da Lehman Brothers. A intervenção das autoridades governamentais e monetárias a partir de Outubro, com o corte concertado de taxas entre vários bancos centrais e o anúncio de pacotes de intervenção no sector financeiro, viria a permitir uma recuperação ligeira dos mercados em Novembro.

MERCADOS ACCIONISTAS



2. Actividade da Empresa

2.1 Análise Retrospectiva

O exercício de 2008 foi fundamentalmente marcado pela maior crise económico-financeira das últimas décadas. O mau desempenho dos mercados obrigacionistas (risco de crédito) e accionistas, que atingiram mínimos de vários anos, e a elevada instabilidade registada, condicionaram perdas significativas. As taxas de rendimento das carteiras de investimento, incluindo as dos Fundos de Pensões, não deixaram de reflectir a conjuntura, apresentando-se negativas. As perdas verificadas no sector fizeram recuar o valor global deste mercado a montantes de 2005, descontados os reforços contributivos para os respectivos fundos exigidos a alguns sectores, nomeadamente o financeiro.

As entidades de supervisão permaneceram particularmente atentas ao comportamento do mercado de fundos de pensões, num ano em que se assistiu a um acréscimo extraordinário dos reembolsos antecipados das participações existentes nos Planos Poupança Reforma (PPR), em consequência da crise económica que se instalou desde meados de Agosto de 2007, com o ultimo trimestre de 2008 a registar as maiores desvalorizações nas carteiras de activos dos fundos de pensões.

O receio de perdas e a necessidade de ter dinheiro disponível levou os investidores a resgatar em massa o capital investido nos PPR's, mesmo sob pena de terem de repor, com agravamento, a totalidade, dos benefícios fiscais acumulados desde o primeiro ano de subscrição do produto.

Neste contexto, o Instituto de Seguros de Portugal solicitou às Sociedades Gestoras e Companhias de Seguros um novo tipo de reporte, com o objectivo de monitorar a evolução do mercado segurador e de fundos de pensões, nomeadamente no que diz respeito a produtos complementares de reforma do tipo PPR e PPA's e outros tipos de seguro.

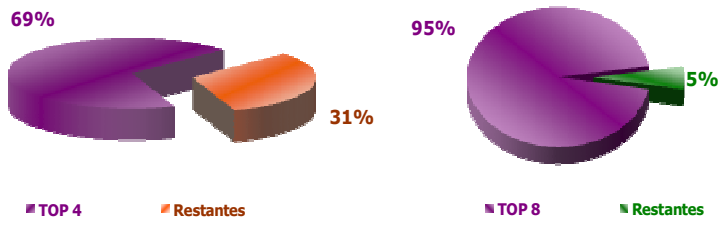
No seguimento das alterações legislativas e regulamentares decorrentes das propostas de *Better Regulation* do sector financeiro efectuadas pelo conselho Nacional de Supervisores Financeiros, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e o Instituto de Seguros de Portugal assinaram um acordo com vista ao reforço, no âmbito das suas competências legais, da cooperação e da articulação em matéria de regulamentação e supervisão. Foram estabelecidas duas grandes áreas de cooperação, uma de carácter Geral, a qual integra matérias relativas a regulamentação e outras iniciativas normativas, e outra de carácter

Especial, que incide sobre a supervisão relativa a fundos de pensões abertos de adesão individual e operações de contrato de seguros ligados a fundos de investimento.

Na conjuntura adversa dos mercados financeiros, o Banco de Portugal entendeu necessário recolher trimestralmente informação sobre a evolução das responsabilidades assumidas com pensões de reforma e sobrevivência e outros benefícios pós-emprego dos planos de pensões do sector, e o seu financiamento pelos respectivos fundos de pensões. Os dados considerados como relevantes na recolha de informação dizem respeito aos principais pressupostos actuariais inerentes à avaliação das responsabilidades e evolução do fundo, à estimativa do valor das responsabilidades por serviços passados, do fundo de pensões e dos desvios actuariais, à composição do fundo de pensões, por grandes categorias de activos, e sua evolução, bem como sobre activos específicos e, finalmente, ao rácio de solvabilidade.

O mercado português de fundos de pensões continuou a apresentar em 2008 as mesmas características que o têm definido nos últimos anos, nomeadamente no que diz respeito à sua estrutura, composição e grau de concentração. Este é um mercado em que os fundos de pensões profissionais continuam a registar um elevado peso, representando, no ano transacto, cerca de 96,6% do montante total de fundos. Relativamente aos sectores de actividade económica, o peso dos fundos de pensões da banca e dos sectores das comunicações e transportes é evidente, representando em 2007 cerca de 85%. A importância destes sectores é fortemente influenciada pelo facto da maioria da população não se encontrar abrangida pelo sistema de protecção estatal de Segurança Social, funcionando os respectivos fundos de pensões como o 1.º pilar do sistema de protecção social.

O mercado de fundos de pensões continua concentrado nas quatro primeiras Entidades Gestoras, as quais detêm cerca de 69% do volume de activos. Se forem consideradas as oito primeiras aquele valor aumenta para 95%. A sua base mantém-se estagnada, continuando o mercado a não se expandir.

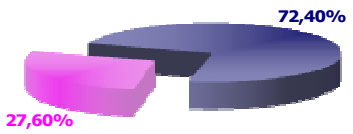


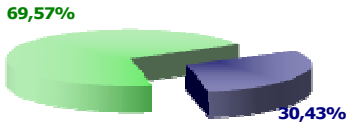
Concentração do Mercado de Fundos de Pensões

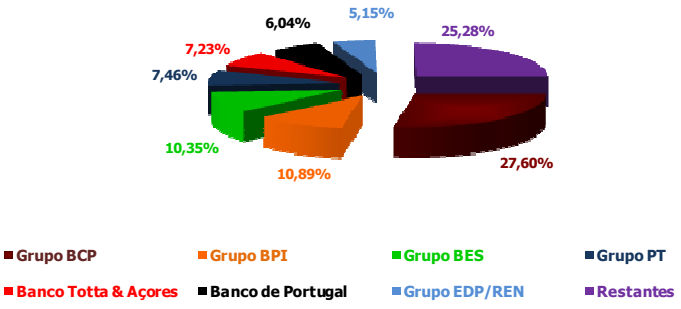
O mercado nacional continua a ser essencialmente constituído por fundos de pensões fechados (95,05%). Dos dados disponíveis de 2008 (ainda provisórios), os seis primeiros Fundos de Pensões Fechados do mercado representavam cerca de 66,1% do montante dos correspondentes activos geridos.

Fundo de Pensões Fechados	Ranking		Valores (M€)		Quota	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Grupo BCP	1	1	5.310	5.610	27,60%	26,67%
Grupo BPI	2	2	2.096	2.738	10,89%	13,02%
Grupo BES	3	3	1.991	1.929	10,35%	9,17%
Grupo PT	4	4	1.435	2.053	7,46%	9,76%
Banco Totta & Açores	5	5	1.392	1.486	7,23%	6,70%
Banco de Portugal	6	6	1.161	1.183	6,04%	5,30%
Grupo EDP/REN	8	7	991	1.178	5,15%	5,62%
Restantes			4.864	6.038	25,28%	23,76%
		Total	**19.241**	**22.356**	**100,00%**	**100,00%**

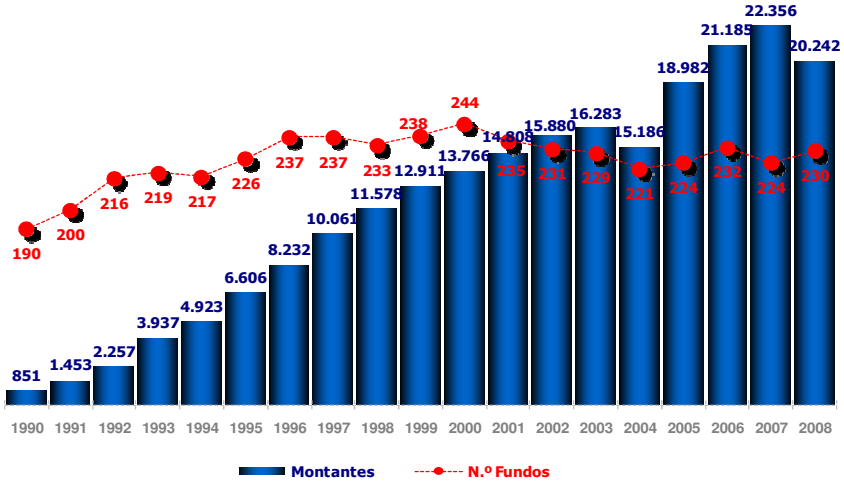
Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Estatisticas de Fundos de Pensões





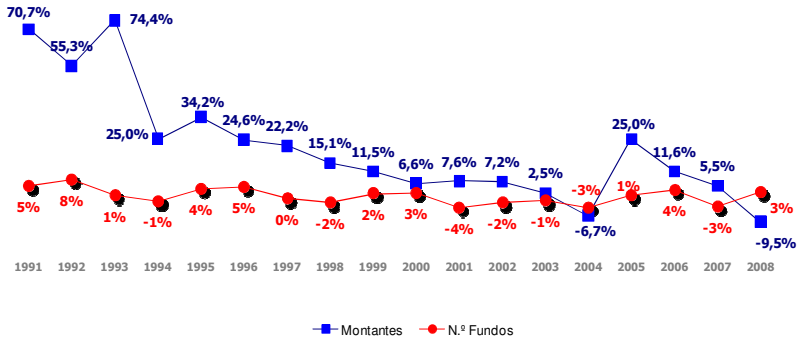


Em 2008, a taxa nominal de crescimento dos montantes sob gestão foi negativa, na ordem de -9,5% (o crescimento registado em 2007 foi de 5,5%). O património dos fundos de pensões nacionais nunca sofreu uma desvalorização tão acentuada como a observada em 2008.



Evolução do Mercado Nacional de Fundos de Pensões

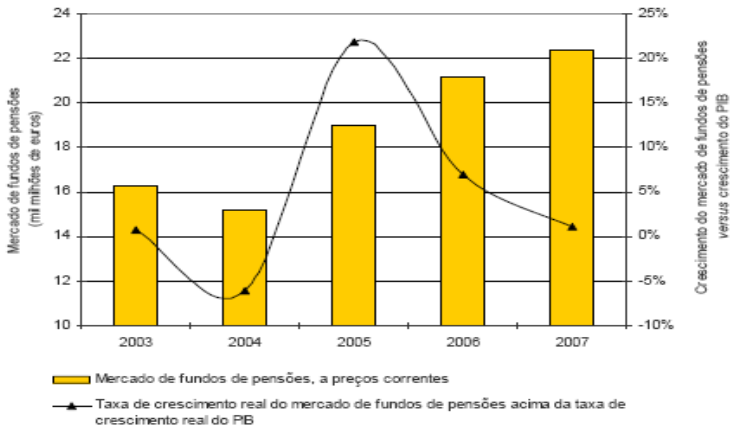
(Valores Monetários em milhões de €)



Variação Anual do Número e do Valor dos Fundos do Mercado Nacional

Em Dezembro de 2008, o mercado era constituído por 230 fundos de pensões e ascendia a 20.242 milhões de Euros de activos sob gestão, correspondendo a 12,4% do PIB (estimativa). No final de 2007 este montante ascendia a € 22.356 milhões de euros representando sensivelmente os 14% do PIB a preços de mercado (PIBpm: 159.686 M€).

O comportamento dos fundos de pensões, com especial ênfase em 2008, foi influenciado necessariamente pela evolução observada nos índices bolsistas mais relevantes e pela instabilidade sentida no mercado obrigacionista. Historicamente, e os últimos 18 anos comprovam-no, o mercado de fundos de pensões tem sofrido oscilações nos montantes sob gestão, mas nenhuma teve uma expressão tão negativa como a verificada em 2008. Os fundos de pensões perderam valor no ano transacto, tendo havido necessidades acrescidas de financiamento por parte dos Associados, na tentativa de limitar o decréscimo registado no património dos respectivos fundos de pensões.



Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Relatório do Sector Segurador e de Fundos de Pensões

Relativamente ao posicionamento das entidades gestoras, registaram-se algumas movimentações, com especial destaque para a descida de 15 lugares da Fidelidade-Mundial, por contrapartida da subida de 1 lugar da CGD Pensões, a qual resulta da transferência da gestão de 2 fundos de pensões anteriormente geridos por aquela companhia de seguros.

A Banif Açor Pensões permanece no 10º lugar do ranking, num ano em que o montante de activos sob gestão registou um decréscimo significativo, em linha com o mercado, por redução do valor dos activos das carteiras dos fundos e não por diminuição do número de mandatos sob gestão. Apesar da redução do montante dos activos sob gestão, a quota de mercado subiu para 1,22%, contra os 1,18% de 2007.

Entidade Gestora	Ranking		2008				
	2008	2007	N.º de Fundos	Abertos	Fechados	Valores (m€)	Quota de mercado
PensõesGere	1	1	**40**	9	31	6.898.208	34,08%
BPI Pensões	2	2	**32**	4	28	2.873.781	14,20%
ESAF F. Pensões	3	3	**29**	7	22	2.476.091	12,23%
Previsão (Grupo PT)	4	4	**4**	0	4	1.673.289	8,27%
CGD SGFP	5	6	**19**	4	15	1.577.592	7,79%
Santander Pensões	6	5	**3**	1	2	1.393.596	6,88%
SGFP Banco Portugal	7	7	**1**	0	1	1.161.308	5,74%
Futuro	8	8	**15**	7	8	1.121.799	5,54%
BBVA Fundos	9	9	**8**	6	2	351.962	1,74%
BANIF Açor Pensões	**10** ←	**10**	**14**	**6**	**8**	**247.083**	**1,22%**
Eurovida	11	13	**2**	1	1	99.832	0,49%
SGF	12	14	**14**	7	7	80.536	0,40%
Fidelidade - Mundial	26	11	**1**	0	1	525	0,00%
Restantes			**48**	10	38	286.247	1,41%
		Total	**230**	**62**	**168**	**20.241.849**	**100,00%**

Dos 230 fundos de pensões existentes no final de 2008, 168 eram fechados. Dos fundos de pensões abertos, 22 eram PPR, PPR/E e PPE, 4 PPA (igualando 2007 e 2006) e os restantes 36 fundos abertos, de 'adesão colectiva' ou 'individual e colectiva'. Os fundos fechados representavam em 2008 95,05% do montante total, contra os 94,36% verificados em 2007,

valor que se tem situado consistentemente próximo dos valores observados nos últimos anos. Os fundos abertos de adesão colectiva e os PPR, PPR/E, PPE, PPA, detinham uma representação de 2,25% e 0,09% do montante total, respectivamente. Os fundos de pensões abertos de adesão colectiva englobam os de 'adesão colectiva' propriamente ditos e os de adesão colectiva e individual.

	Total			Empresas de Seguros			Soc.Gestoras FP's		
	2008		2007	2008		2007	2008		2007
Entidades Gestoras de FP's	27		27	14		14	13		13
	Nº	VAR %	Nº	Nº	VAR %	Nº	Nº	VAR %	Nº
Número de Fundos de Pensões	230	2,7%	224	46	-6,1%	49	184	5,1%	175
PPR, PPR/E e PPE	22	10,0%	20	2	0,0%	2	20	11,1%	18
PPA	4	0,0%	4	2	0,0%	2	2	0,0%	2
Abertos, excluindo os anteriores	36	12,5%	32	7	40,0%	5	29	7,4%	27
Fechados	168	0,0%	168	35	-12,5%	40	133	3,9%	128
	m €	VAR %	m €	m €	VAR %	m €	m €	VAR %	m €
Montante de Fundos de Pensões	20.242.000	-9,5%	22.356.037	352.000	-23,9%	462.270	19.890.000	-9,0%	21.853.029
PPR, PPR/E e PPE	403.000	-19,7%	501.945	10.000	-29,5%	14.190	393.000	-19,4%	487.755
PPA	9.000	-53,8%	19.467	1.000	-57,6%	2.359	8.000	-53,2%	17.108
Abertos, excluindo os anteriores	589.000	-20,3%	738.609	11.000	-8,6%	12.041	578.000	-20,4%	726.568
Fechados	19.241.000	-8,8%	21.096.016	330.000	-23,9%	433.680	18.911.000	-8,5%	20.662.336

Em 2008, o Instituto de Seguros de Portugal autorizou a constituição de 5 fundos de pensões fechados (entre os quais, BP Potugal II, Gerenali CD e a Santa Casa da Misericordia de Lisboa), 4 fundos abertos do tipo PPR ou PPA (1 da Banif Açor Pensões, 1 da CGD Pensões, 1 da Futuro e 1 da Victoria Seguros), e 2 do tipo PPR. A gestão de 9 fundos de pensões fechados (Crédito Agrícola, Solução, Laboratórios Pfizer, The Fladgate Partnership, Alcantâra, SIBS, TDP, Pessoal Mundial – Confiança e Fidelidade) foi transferida de entidade gestora. Foram extintos 17 fundos de pensões fechados, dos quais 5 por liquidação.

No ranking dos maiores vinte e cinco Fundos de Pensões de 2008, que representam cerca de 88% do total de montantes geridos, o Fundo de Pensões BCA manteve o 18º lugar, enquanto que o Fundo de Pensões Banif deixou de fazer parte do referido ranking.

A estrutura empresarial do mercado continua a ser dominada por sociedades gestoras, quer em termos de número, quer de montante de fundos de pensões geridos.

	2004	2005	2006	2007	2008
Sociedades Gestoras	**14.577.697**	**18.351.367**	**20.635.366**	**21.853.029**	**19.890.000**
FP's Fechados	13.806.989	17.417.395	19.498.397	20.621.598	18.911.000
FP's Abertos Não PPR, PPR/E e PPA	346.960	492.601	651.711	726.568	578.000
FP's Abertos PPR, PPR/E e PPA	423.748	441.371	485.258	504.863	401.000
Seguradoras	**608.232**	**630.316**	**549.626**	**462.270**	**352.000**
FP's Fechados	580.421	593.552	516.999	433.680	330.000
FP's Abertos Não PPR, PPR/E e PPA	4.343	15.468	13.446	12.041	11.000
PPR, PPR/E e PPA	23.468	21.296	19.181	16.549	11.000
Sociedades Gestoras e Seguradoras	**15.185.929**	**18.981.683**	**21.184.992**	**21.893.767**	**20.242.000**
FP's Fechados	14.387.410	18.010.947	20.015.396	20.662.336	19.241.000
FP's Abertos Não PPR, PPR/E e PPA	351.303	508.069	665.157	726.568	589.000
FP's Abertos PPR, PPR/E e PPA	447.216	462.667	504.439	504.863	412.000

valores em m€

No termo do exercício de 2007 (os dados detalhados do final do ano 2008 ainda não estão disponíveis) o mercado caracterizava-se por:

a. Distribuição dos Fundos de Pensões por tipo de Plano de Pensões

No final de 2007 existiam 650 planos financiados por fundos de pensões profissionais. Em 2007 observou-se um aumento de cerca de 27% do número de planos de Contribuição Definida face a uma ligeira diminuição (1%) no número de planos de Contribuição Definida, comparado com o ano de 2006.

	2007					
	Beneficio Definido		Contribuição Definida		Total	
	N.º	Montante	N.º	Montante	N.º	Montante
FP Fechados Profissionais	**327**	**21.296**	**323**	**296**	**650**	**21.592**
Fechados	190	20.879	41	211	231	21.090
Abertos (Adesões Colectivas)	137	417	282	85	419	502
FP Fechados Individuais	**n.a**	**n.a**	**n.a**	**764**	**n.a**	**763**
PPRE/E e PPA	n.a	n.a	n.a	522	n.a	521
Abertos (Adesão Individual)	n.a	n.a	n.a	242	n.a	242
Total		**21.296**		**1.060**		**22.356**

valores em M€

No que se refere à distribuição dos montantes dos fundos por tipo de plano, registou-se um crescimento superior nos planos de Contribuição Definida (cerca de 12% face a 2006) relativamente aos de Beneficio Definido (aproximadamente 5% face a 2006). Apesar do volume total dos planos de Contribuição Definida ser ainda pouco significativo (4,7%), o seu crescimento mais acentuado evidencia o aumento da importância deste tipo de planos no panorama global dos planos de pensões em Portugal.

b. Participantes e Beneficiários abrangidos

Os fundos de pensões abrangiam 306.750 participantes e 119.732 beneficiários, o que apresentou uma variação de, respectivamente, 7,0% e -0,5% face ao exercício imediatamente anterior. O aumento dos participantes pode ser indicativo da preocupação em complementar os benefícios de reforma assegurados pela Segurança Social.

	2004		2005		2006		2007	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Participantes	**265.006**	**70,7%**	**262.271**	**69,4%**	**286.595**	**70,4%**	**306.750**	**71,9%**
PPR, PPR/E e PPE	65.279	17,4%	63.230	16,7%	71.760	17,6%	75.988	17,8%
PPA	2.861	0,8%	2.429	0,6%	2.080	0,5%	1.908	0,4%
Abertos, excluindo os anteriores	42.296	11,3%	48.346	12,8%	56.734	13,9%	73.171	17,2%
Fechados	154.570	41,2%	148.266	39,2%	156.021	38,3%	155.683	36,5%
Beneficiários	**109.740**	**29,3%**	**115.629**	**30,6%**	**120.295**	**29,6%**	**119.732**	**28,1%**
Total	**374.746**	**100,0%**	**377.900**	**100,0%**	**406.890**	**100,0%**	**426.482**	**100,0%**

	2007					
	Participantes			Beneficiários		
	Beneficio Definido	Contribuição Definida	Total	Beneficio Definido	Contribuição Definida	Total
	Número	Número	Número	Número	Número	Número
FP Fechados Profissionais	**149.886**	**45.833**	**195.719**	**110.913**	**1.497**	**112.410**
Fechados	133.116	22.567	155.683	106.465	1.356	107.821
Abertos (Adesões Colectivas)	16.770	23.266	40.036	4.448	141	4.589
FP Fechados Individuais	**n.a**	**111.031**	**111.031**	**n.a**	**7.322**	**7.322**
PPRE/E e PPA	n.a	77.896	77.896	n.a	6.014	6.014
Abertos (Adesão Individual)	n.a	33.135	33.135	n.a	1.308	1.308
Total	**149.886**	**156.864**	**306.750**	**110.913**	**8.819**	**119.732**
%	**48,9%**	**51,1%**	**100,0%**	**36,2%**	**2,9%**	**39,0%**

Os participantes dos fundos de pensões profissionais pertencentes a planos de Beneficio Definido têm um peso superior ao dos planos de Contribuição Definida (76,6% vs 23,4%), correspondendo aos fundos fechados a maior participação.

No que diz respeito ao número de beneficiários, existe ainda uma grande concentração nos planos de Beneficio Definido, principalmente nos fundos de pensões profissionais.

	2007					
	Participantes					
	Beneficio Definido		Contribuição Definida		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Total	**149.886**	**76,6%**	**45.833**	**23,4%**	**195.719**	**100,0%**
Actividade Bancária	64.222	32,8%	12.448	6,4%	76.670	39,2%
Comunicações e transportes	26.317	13,4%	4.081	2,1%	30.398	15,5%
Prod.e Distrib.de electricidade, gás e água	14.084	7,2%	1.451	0,7%	15.535	7,9%
Industria	23.483	12,0%	12.355	6,3%	35.838	18,3%
Actividade Seguradora	9.022	4,6%	389	0,2%	9.411	4,8%
Outras actividades financeiras	1.425	0,7%	286	0,1%	1.711	0,9%
Comércio	6.551	3,3%	4.963	2,5%	11.514	5,9%
Outros	4.782	2,4%	9.860	5,0%	14.642	7,5%

Relativamente à distribuição por sector de actividade, constata-se que o sector bancário ocupa uma posição de destaque em relação aos restantes, representando cerca de 39,2% do total do número de participantes. Em 2.º lugar encontra-se o sector da Indústria com 18,3%, seguido do sector de Comunicações e Transportes, com cerca de 15,5%.

No que diz respeito à distribuição dos Beneficiários por sector de actividade, a distribuição é em muito idêntica à verificada na dos Participantes, apesar da troca de posições entre os sectores da Industria (14,4%) e a das Comunicações e Transportes (15,2), de acordo com a informação disponibilizada pelo Instituto de Seguros de Portugal.

c. Contribuições e Pensões Pagas

Apesar de a informação respeitante ao final de ano de 2008 não se encontrar disponível, foi possível obter dados relativos ao 3.º Trimestre, no que diz respeito ao montante de pensões pagas e de contribuições efectuadas.

	Contribuições				Pensões Pagas			
	3.º T de 2008	2007		2006	3.º T de 2008	2007		2006
Total	**728.780**	**1.078.000**	**-38,7%**	**1.758.000**	**854.355**	**1.121.000**	**5,4%**	**1.064.000**
Abertos, incluindo PPR, PPR/E, PPE e PPA	39.346	186.000	**-21,5%**	237.000	98.097	105.000	**25,0%**	84.000
Fechados	689.434	892.000	**-41,4%**	1.521.000	756.258	1.016.000	**3,7%**	980.000

Em 2007, o montante das contribuições cifrou-se em € 1.078 milhões - o que representou um decréscimo de 38,7% face ao exercício anterior – dos quais € 892 milhões se destinou a fundos de pensões fechados. O montante das pensões pagas elevou-se a € 1.121 milhões o que representou um acréscimo de 5,4% face a 2006.

No que diz respeito à distribuição do numero de beneficiários e do valor dos benefícios pagos por tipo de tipo de plano e por tipo de fundo, o montante dos benefícios pagos em 2007, ascendeu a 1.121 milhões, representando um acréscimo em cerca de 5% face a 2006.

	Beneficio Definido		Contribuição Definida		Total	
	N.º	Montante	N.º	Montante	N.º	Montante
FP Fechados Profissionais	**110.913**	**1.042**	**1.497**	**10**	**112.410**	**1.052**
Fechados	106.465	1.007	1.356	9	107.821	1.016
Abertos (Adesões Colectivas)	4.448	35	141	1	4.589	36
FP Fechados Individuais	**n.a**	**n.a**	**7.322**	**69**	**7.322**	**69**
PPRE/E e PPA	n.a	n.a	6.014	53	6.014	53
Abertos (Adesão Individual)	n.a	n.a	1.308	16	1.308	16
Total	**110.913**	**1.042**	**8.819**	**79**	**119.732**	**1.121**

valores em M€

Os fundos de pensões profissionais de Beneficio Definido continuam a ter o maior peso nos montantes pagos, representando cerca de 94% do montante total. Os benefícios pagos pelos planos de Contribuição Definida, possuem um peso reduzido, na medida em que, a maturidade destes planos é reduzida e a maior parte se encontra ainda em fase de capitalização.

No que diz respeito à distribuição do número de beneficiários e do valor dos benefícios pagos por tipo de benefícios, a invalidez apresenta o valor mais significativo, nos planos de Beneficio Definido, seguidamente da Velhice com 36,8%, dos quais 3,4% dizem respeito a pagamentos de beneficiários pertencentes a planos de Contribuição Definida.

	Beneficio Definido		Contribuição Definida		Total	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Total	**1.042**	**93,0%**	**79**	**7,0%**	**1.121**	**100,0%**
Velhice	374	33,4%	38	3,4%	412	36,8%
Invalidez	488	43,5%	4	0,4%	492	43,9%
Reforma Antecipada / Pré-Reforma	92	8,2%	2	0,2%	94	8,4%
Viuves	70	6,2%	2	0,2%	72	6,4%
Orfandade	3	0,3%	0	0,0%	3	0,3%
Desemprego de Longa Duração ou doença grave	0	0,0%	2	0,2%	2	0,2%
Outro (1)	16	1,4%	31	2,8%	46	4,1%

(1) Reembolso efectuado fora das condições anteriores, relativo a valores existentes em contas individuais de participantes de fundos de pensões fechados

valores em M€

Em 2007, o montante das pensões pagas correspondia a 5,0% do valor do mercado de fundos de pensões, registando uma variação de 4,9% face a 2006.

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	3.º Trimestre 2008
Valor dos beneficios pagos	891	927	931	950	953	1.064	1.121	854
Valor dos fundos de pensões	14.808	15.880	16.283	15.186	18.982	21.185	22.356	19.985
	6,0%	**5,8%**	**5,7%**	**6,3%**	**5,0%**	**5,0%**	**5,0%**	**4,3%**

valores em M€

d. Distribuição dos Planos de Pensões Profissionais por tipo de Planos de Pensões e Sectores de Actividade e respectivos niveis de financiamento

	Benefício Definido		Contribuição Definida		Total	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Total	**21.296**	**98,6%**	**296**	**1,4%**	**21.592**	**100,0%**
Actividade Bancária	15.704	72,7%	58	0,3%	15.762	73,0%
Comunicações e transportes	2.517	11,7%	42	0,2%	2.559	11,9%
Prod.e Distrib.de electricidade, gás e água	1.317	6,1%	17	0,1%	1.334	6,2%
Industria	952	4,4%	87	0,4%	1.039	4,8%
Actividade Seguradora	375	1,7%	1	0,0%	376	1,7%
Outras actividades financeiras	109	0,5%	3	0,0%	112	0,5%
Comércio	170	0,8%	42	0,2%	212	1,0%
Outros	152	0,7%	46	0,2%	198	0,9%

Em termos de distribuição dos montantes dos fundos de pensões profissionais por tipo de plano, os planos de Beneficio Definido representam cerca de 98,6% do montante total, contra os 1,4% pertencentes a planos de Contribuição Definida. Relativamente a sectores de actividade, os sectores bancários e de comunicação e transportes representam nos planos de Beneficio Definido, cerca de 84,4% do montante total dos planos. Relativamente a planos de Contribuição Definida, o sector da industria é aquele que apresenta maior peso, cerca de 0,4% do montante total.

Em 2007, o nível de financiamento dos fundos de pensões fechados que financiam planos de pensões de Beneficio Definido ou Mistos, era em termos agregados, de 116% (123% em 2006). O nível de financiamento médio era de 105%.

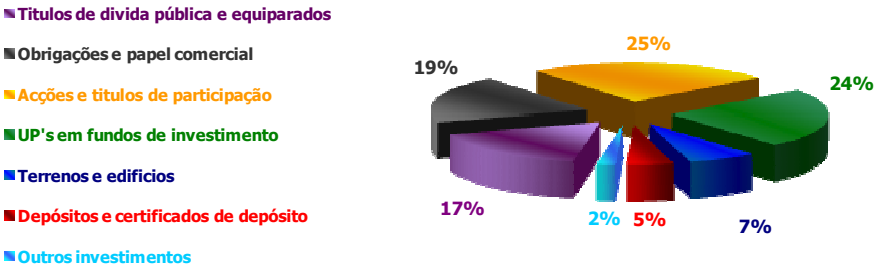
Num ano em que as contribuições efectuadas para este tipo de planos pensões profissionais se decresceram em cerca de 39%, a melhoria do nível de financiamento dos planos ficou a dever-se essencialmente à alteração de um dos pressupostos mais importantes utilizados na avaliação actuarial de responsabilidades, a taxa de desconto, a qual subiu para níveis favoráveis em 2007, devido ao aumento das taxas de juro de longo prazo.

	Cenário	
	Financiamento	Minimo de Solvência
Total Agregado	**105%**	**116%**
Actividade Bancária	107%	112%
Comunicações e transportes	85%	96%
Prod.e Distrib.de electricidade, gás e água	114%	203%
Industria	104%	126%
Actividade Seguradora	102%	122%
Outras actividades financeiras	98%	142%
Comércio	100%	112%
Outros	74,0%	90,0%

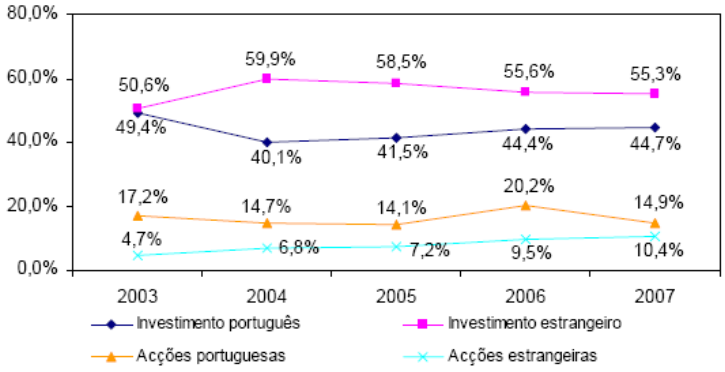
e. Composição dos activos dos Fundos de Pensões

	Beneficio Definido		contribuição Definida		Misto		Total	
	M €	%	M €	%	M €	%	M €	%
Total	**21.048**	**-**	**963**	**-**	**345**	**-**	**22.356**	**-**
Titulos de divida pública e equiparados	3.486	16,6%	276	28,6%	92	26,7%	3.853	17,2%
Obrigações e papel comercial	4.018	19,1%	234	24,3%	62	17,9%	4.315	19,3%
Acções e titulos de participação	5.588	26,5%	75	7,7%	8	2,3%	5.670	25,4%
UP's em fundos de investimento	4.913	23,3%	291	30,2%	157	45,6%	5.361	24,0%
Terrenos e edificios	1.591	7,6%	8	0,8%	0	0,0%	1.598	7,1%
Depósitos e certificados de depósito	1.013	4,8%	75	7,8%	26	7,5%	1.114	5,0%
Outros investimentos	440	2,1%	5	0,5%	0	0,0%	445	2,0%

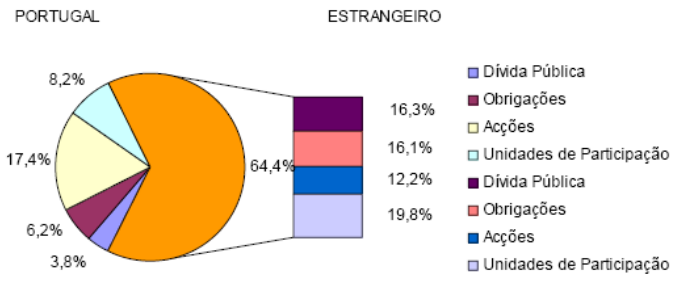
	FP's Fechados		FP's Abertos Não PPR, PPR/E, PPE e PPA		PPR, PPR/E, PPE		PPA		Total	
	M €	%	M €	%	M €	%	M €	%	M €	%
Total	**21.090**	**-**	**744**	**-**	**503**	**-**	**19**	**-**	**22.356**	**-**
Titulos de divida pública e equiparados	3.524	16,7%	142	19,1%	187	37,2%	0	0,0%	3.853	17,2%
Obrigações e papel comercial	3.972	18,8%	207	27,8%	136	27,0%	0	0,0%	4.315	19,3%
Acções e titulos de participação	5.577	26,4%	50	6,7%	24	4,8%	19	97,4%	5.670	25,4%
UP's em fundos de investimento	4.988	23,7%	278	37,4%	95	18,9%	0	0,0%	5.361	24,0%
Terrenos e edificios	1.578	7,5%	12	1,6%	8	1,6%	0	0,0%	1.598	7,1%
Depósitos e certificados de depósito	1.010	4,8%	54	7,3%	50	9,9%	1	2,6%	1.115	5,0%
Outros investimentos	441	2,1%	1	0,1%	3	0,6%	0	0,0%	445	2,0%



f. Evolução e origem geográfica dos activos dos Fundos de Pensões



Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Relatório de Seguros e de Fundos de Pensões



g. Taxas de rendibilidade e volatilidade dos Fundos de Pensões

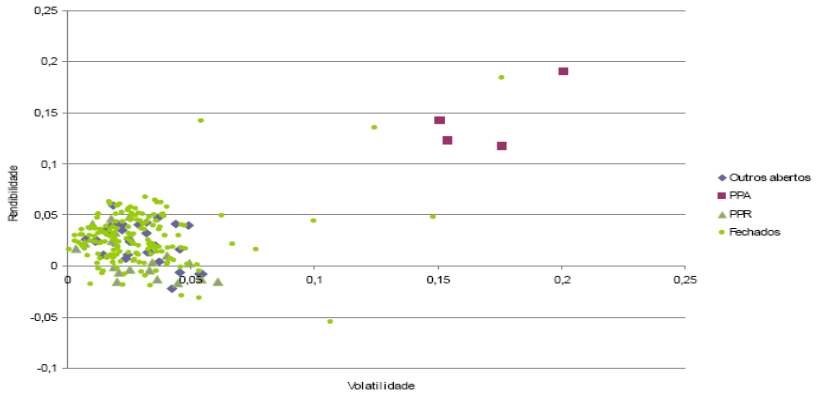
	2006	2007
Mercado de Fundos de Pensões	**8,8%**	**6,3%**
Fundos de Pensões Fechados	9,0%	6,5%
Fundos de Pensões Abertos	5,3%	3,1%
Fundos de Pensões PPR/E	4,2%	2,6%
Fundos de Pensões PPA	29,1%	14,0%
Outros	5,4%	3,0%

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal

	2006		2007	
	Rendibilidade	Volatilidade	Rendibilidade	Volatilidade
Fundos de Pensões Fechados	9,0%	6,6%	6,5%	8,5%
Fundos de Pensões Abertos	5,3%	2,5%	3,0%	2,9%
Fundos de Pensões PPR/E	4,2%	1,9%	2,6%	2,4%
Fundos de Pensões PPA	29,1%	12,6%	14,0%	15,4%
Outros	5,4%	2,6%	3,0%	2,9%

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal

Adicionalmente às analises de rendibilidade e risco (volatilidade) efectuadas isoladamente, é também importante realizar uma análise conjunta destas duas medidas, ou seja, medir a *performance* alcançada ponderada pelo risco incorrido, o que permite classificar os diversos fundos segundo o nível de ponderação das fontes de risco para a rendibilidade alcançada.

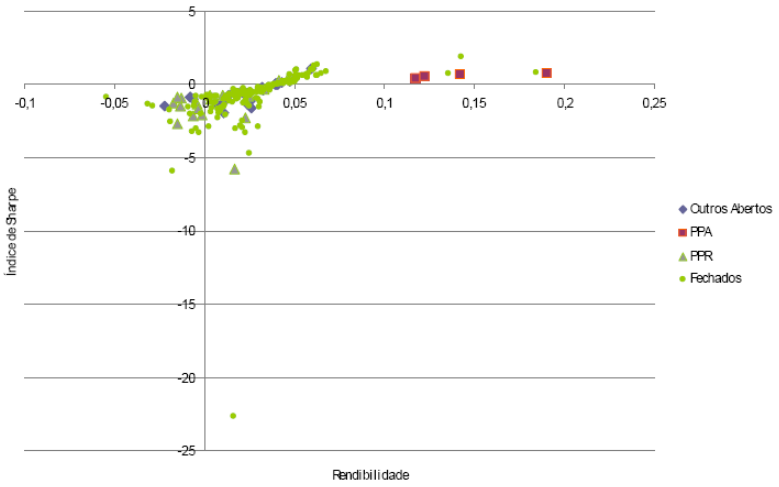


Rendibilidade e volatilidade dos fundos de pensões (2007)

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Relatório de Seguros e de Fundos de Pensões

Os PPA são os que se situam no topo superior direito do gráfico acima, reflectindo os maiores níveis de rendibilidade e risco. Por outro lado, em 2007, o conjunto dos fundos fechados encontra-se na sua maioria próximo dos outros fundos abertos e PPR/E.

A medida de *performance* ponderada pelo risco em análise foi o índice *sharpe*, definido como o excesso de rendibilidade obtida por um *portofolio* sobre a a taxa de juro sem risco de mercado, ponderado pelo desvio-padrão da rendibilidade desse *portofolio*, num determinado período de tempo. O período de tempo considerado foi de um ano e a taxa de juro sem risco, a média geométrica das taxas de juro mensais Euro *Weekly Repo Refinance Rate*, observadas durante 2007.



Índice *Sharpe* dos fundos de pensões (2007)

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Relatório de Seguros e de Fundos de Pensões

Os índices *Sharpe* observados em 2007 variam entre -22,67 e 1,92, com a média a situar-se em -0,76. Tanto o valor máximo como o valor mínimo do índice foi atingido por fundos fechados, o que permite constatar que, em 2007, as rendibilidades apresentaram níveis inferiores à taxa de juro sem risco, contrariando o que se verificou no ano anterior.

Infelizmente ainda não se encontram dissonáveis os dados respeitantes a 2008 que nos permitam fazer uma análise comparativa da performance e do risco neste exercício.

Pese embora o regime de Segurança Social tenha vindo a reduzir, fundamentalmente nos últimos três anos, o valor das pensões de reforma, as empresas continuam pouco receptivas a disponibilizar instrumentos complementares de reforma aos colaboradores, os quais permanecem pouco sensíveis aos impactos das referidas alterações, desconhecendo as

implicações no valor de pensão de reforma atribuível pela segurança social. A temática da reforma não é uma preocupação real, nem o aforro uma prática actual, face a uma maior apetência pelo consumo imediato e uma menor disponibilidade para o planeamento da reforma por parte dos cidadãos.

Em 2008, a Banif Açor Pensões privilegiou a reorganização da sua estrutura operacional em detrimento de uma actividade comercial mais intensa, que redireccionou apoiando-se mais nas estruturas comerciais do Banco de Investimento, sem prejuízo da estratégia de actuação que tem vindo a adoptar termos de selecção de empresas.

Foram obtidos, em 2008, 21 novos mandatos de gestão – dos quais 19 pertencem ao Fundo de Pensões Aberto Onebiz. Foi constituído um novo Fundo de Pensões Fechado e formalizada a primeira adesão colectiva aos três novos Fundos de Pensões Abertos de comercialização conjunta, Banif Reforma Jovem, Banif Reforma Activa e Banif Reforma Senior.

No âmbito do protocolo celebrado entre a Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP) e as respectivas Associadas entre as quais se inclui a Banif Açor Pensões, a Sociedade referenciou os seus três fundos abertos de comercialização conjunta, cujos perfis de investimento são respectivamente, agressivo, equilibrado e conservador, disponibilizando aos colaboradores da Associação, 3 soluções distintas para financiamento dos seus programas complementares de reforma através do Plano de Pensões da APFIPP. Durante o ano transacto não foi formalizada qualquer adesão por parte dos participantes aos referidos fundos.

A Sociedade foi, no ano transacto, convidada a participar em 2 concursos, um de transferência de Gestão e outro de constituição de um novo fundo de pensões de uma ordem profissional, este último ainda em curso.

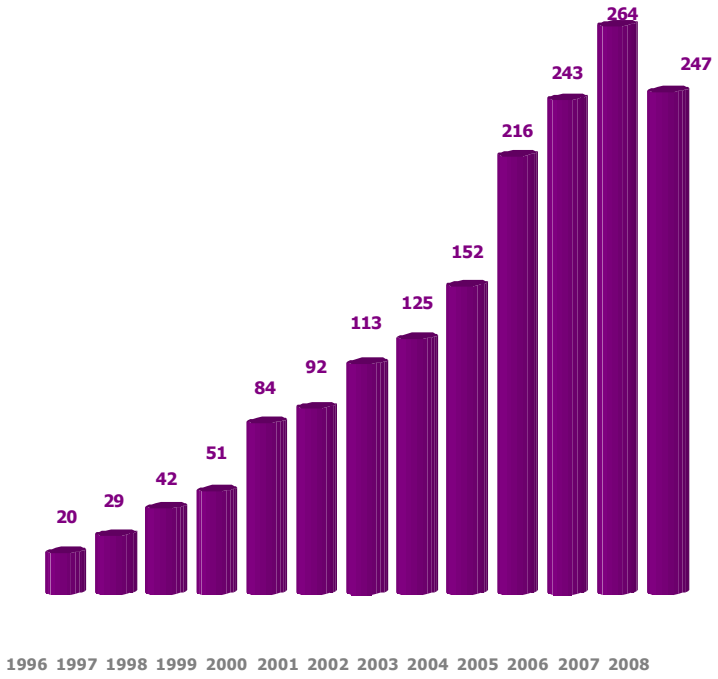
A extensa carteira de prospectos clientes foi sendo reduzida ao longo do ano de 2008, com o objectivo de diminuir a dispersão geográfica e maximizar o potencial de concretização junto dos clientes seleccionados. Neste contexto, foram ainda contactadas cerca de 290 empresas e associações de vários sectores económicos, na sua maioria sedeadas ou com representação na região centro, particularmente Lisboa e áreas limítrofes. Destas, foram abandonadas ou colocadas em situação de 'stand by' cerca de 63 por alegada falta de interesse na solução Fundo de Pensões. Foram realizadas durante o ano 26 reuniões com clientes potenciais e enviadas 30 propostas de constituição e gestão de fundos de pensões, das quais 15 entraram em *short list*.

No âmbito do projecto de colaboração comercial com as Direcções de *Corporate Clients*, *Corporate Finance*, *Project Finance* e de Clientes Institucionais do Banif – Banco de Investimento e da Direcção de Empresas e Particulares do Banif – Banco Internacional do Funchal, foram referenciadas pela Sociedade no seu conjunto, 62 prospectos. Foram referenciadas à Sociedade 14 prospectos pela área de *Corporate Clients*, 11 pela área de *Corporate Finance*, dos quais 8 representaram reentradas, e 14 pela Direcção de Empresas e Particulares do Banif, correspondendo estas ultimas a associações de índole comercial e empresarial.

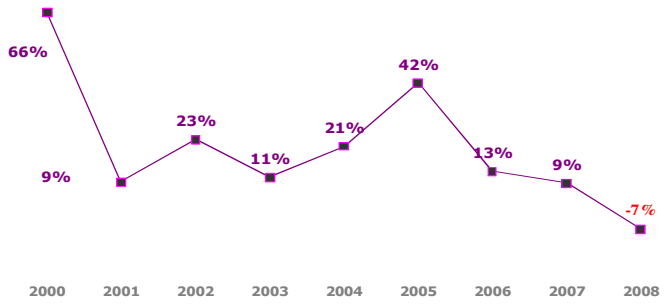
Na sequência da alteração de imagem do Grupo Banif, o site institucional da Sociedade, continua em desenvolvimento. A arquitectura organizacional interactiva, que entretanto já havia sido desenvolvida, foi alvo de reestruturação, implicando que todos os conteúdos e formas de acesso fosse redesenhado. Apesar do atraso, a expectativa de sucesso da nova plataforma é grande, na medida em que a mesma foi alvo de reconhecimento por parte de alguns clientes que tiveram oportunidade de a apreciar, tendo sido salientado, mais uma vez, o nível da objectividade e da qualidade da informação disponibilizada. Acreditamos que o nível da excelência do serviço disponibilizado, será cada vez mais importante e só por si, diferenciador num mercado cada vez mais competitivo.

Continua em curso o desenvolvimento da aplicação de gestão de fundos de pensões, tendo sido concluída no final do ano transacto a recuperação histórica (8 anos) dos dados da população abrangida, dos movimentos e dos montantes sob gestão dos fundos de pensões. A conclusão do módulo de gestão de movimentos permitiu à Sociedade iniciar junto de alguns clientes o acesso às Contas Participante através da referida área reservada do site, permitindo disponibilizar o acesso aos dados pessoais, movimentos e saldos. Um dos grandes objectivos da Sociedade é estender este serviço aos restantes clientes, o qual irá ser desenvolvido a par da reestruturação do site institucional. Outras informações serão disponibilizadas durante o próximo ano. Para o efeito, encontram-se em fase de desenvolvimento os módulos de pagamento e de gestão de benefícios, os quais serão posteriormente conjugados e interactivos.

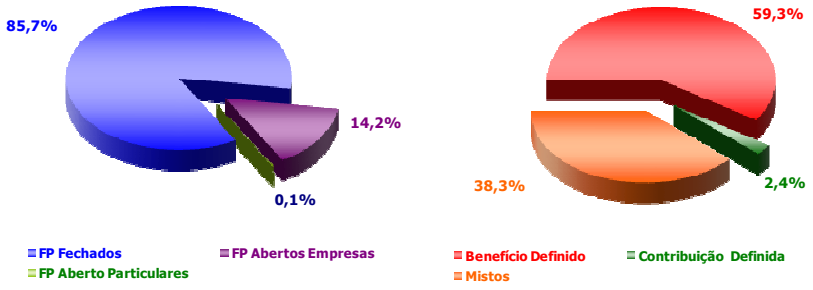
A Banif Açor Pensões terminou o ano de 2008 com um montante global de fundos sob gestão de 247 milhões €, o que corresponde a um decréscimo de 6,67%, fruto do adverso contexto de mercado. Nos quadros seguintes pode observar-se a evolução do montante global dos fundos sob gestão e a repartição dos respectivos activos pelas três grandes classes de fundos geridos - abertos de adesão individual, abertos de adesão colectiva e fechados – e pelos três grandes tipos de Planos de Pensões - de benefício definido, de contribuição definida e mistos.



Evolução Anual do Montante Global dos Fundos (Milhões €)

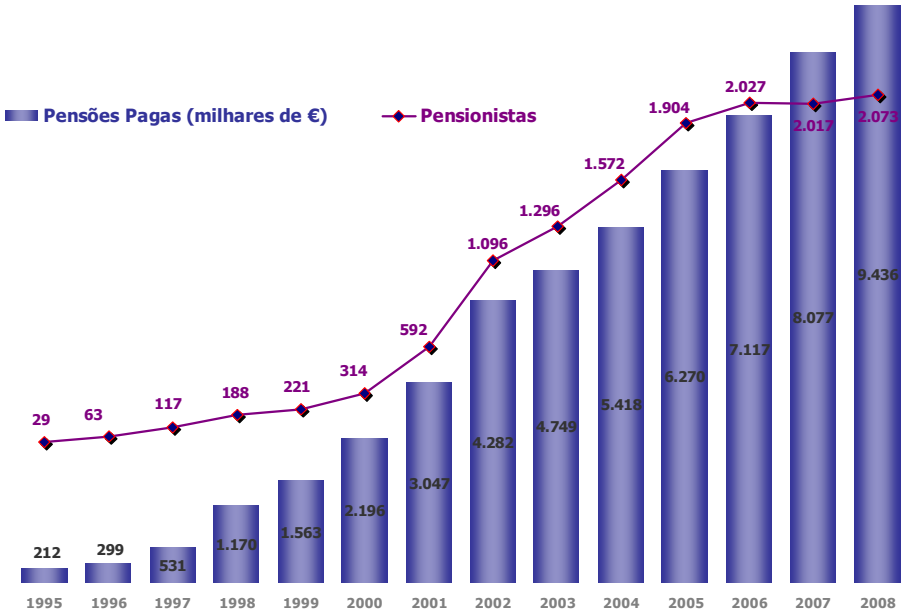


Variação Anual do Volume de Activos dos Fundos



Distribuição do Montante Global dos Fundos

A Banif Açor Pensões processou e pagou pensões no montante global de € 8.436 milhares a 2.073 pensionistas e beneficiários.



Evolução do Montante de Pensões Pagas e Número de Pensionistas

Os fundos sob gestão são actualmente 14, sendo 13 relativos a mandatos de gestão institucional. Daqueles 14 fundos, 8 são fechados e 6 são abertos. Destes, 5 são de adesão colectiva e 1 de adesão individual, do tipo PPR. Comparativamente ao ano transacto o número de fundos reduziu-se, pelo facto da Sociedade ter decidido não comercializar os 4 novos fundos de pensões do tipo PPR que tinha feito aprovar em 2007. Os fundos geridos pela Banif Açor Pensões abrangem 9.467 participantes, dos quais 218 são aderentes ao 'Banif Previdência Privada, PPR' e 7.119 a planos de Contribuição Definida. Os restantes pertencem a planos de Beneficio Definido.

Considerando todos os mandatos de gestão, incluindo os de gestão não discricionária, o valor da rendibilidade anual média foi de -10,0% com um mínimo de -11,4% e um máximo de -10,1%, situando-se a mediana do mercado divulgada pela *Watson Wyatt*, em -15,5% e a divulgada pela *Mercer Investment Consulting,* em -7,0%. No quadro abaixo pode apreciar-se a evolução da carteira de clientes e de activos, bem como as rendibilidades alcançadas desde 2003.

A forte instabilidade verificada nos mercados financeiros, particularmente após a falência do *Lehman Brothers*, em Setembro de 2008, conduziu a uma situação de grave disfuncionalidade dos mercados monetários e de crédito e a fortes quedas nos mercados accionistas. A incerteza

e a falta de visibilidade que daí decorreram recomendaram uma política de prudência acrescida que se materializou, fundamentalmente, num grande incremento das posições em liquidez em detrimento da exposição às classes de acções e obrigações. O *asset allocation,* extremamente defensivo, privilegiou a preservação de capital e será revertido de forma progressiva, à medida que existirem sinais mais concretos de normalização das condições de funcionamento dos mercados monetários e de crédito. As medidas adoptadas foram, por natureza, temporárias e não implicam uma alteração dos pressupostos pelos quais se rege a política de investimento do Fundo e a gestão da carteira.

O contexto de mercado provocou o virtual encerramento dos mercados obrigacionistas, que se tornaram ineficazes na sua função de determinação do preço dos activos que nele são transaccionados. Desta forma, tornou-se extremamente difícil valorizar a classe de obrigações tendo-se optado por reduzir a exposição correspondente de forma a proteger as carteiras dos fundos das elevadas desvalorizações decorrentes da inexistência do mercado.

Com o objectivo de manter os Associados, Participantes e Beneficiários dos Fundos sob gestão suficientemente informados e esclarecidos, a Banif Açor Pensões produziu, enviou e publicou sucessivamente um conjunto de notas de mercado. Durante o exercício, a Sociedade enriqueceu o conjunto de ferramentas e metodologias de análise e controle de risco, passando a disponibilizar as seus clientes um novo conjunto de indicadores de gestão, de risco e de performance que contribui decisivamente para aumentar a qualidade e o valor da informação disponibilizada.

Os últimos 2 anos foram muito atípicos, permitindo constatar em qualquer classe de activos financeiros, que os modelos de previsão utilizados não permitiram, nem no cenário mais pessimista de mercado, antever as perdas de rendibilidade das carteiras de activos dos fundos sob gestão, para o mesmo nível de risco e volatilidade experimentadas no passado. As análises de risco das carteiras e do cumprimento dos limites legais e específicos do investimento, continuam a ser realizadas de forma sistemática por departamentos autónomos, que calculam os diversos indicadores de risco sobre as carteiras, os quais permitem destacar diferentes perfis de risco dos produtos, adequados a segmentos de clientes com horizontes temporais e objectivos diferenciados.

Durante o ano de 2008, a Sociedade manteve a equipa de investimento constituída no ano transacto. Nos últimos quatros anos, registaram-se quatro substituições, associadas a uma normal rotatividade nas funções das equipas de gestão de activos. Foram, ainda, reforçadas as parcerias já constituídas, permitindo à Sociedade continuar utilizar fundos em classes de activos

ou explorar áreas geográficas para os quais considera não ter conhecimento suficiente para criar valor de forma consistente. O desempenho desses fundos é monitorizado com especial atenção.

A evolução dos grandes indicadores de negócio dos últimos 5 anos encontra-se expressa no quadro abaixo.

		2003	2004	2005	2006	2007	2008	3 Anos	5 Anos
Banif Açor Pensões									
Número de Fundos de Pensões		**8**	**8**	**12**	**12**	**16**	**14**	**+ 2**	**+ 6**
FP Fechados		6	6	7	7	7	8	+ 1	+ 2
FP Abertos de Adesão Individual (PPR)		1	1	1	1	5	1		
FP Abertos de Adesão Colectiva		1	1	4	4	4	5	+ 1	+ 4
Número de Planos de Pensões		**12**	**13**	**17**	**17**	**18**	**41**	**+ 24**	**+ 29**
PP de Benefício Definido		9	9	10	10	10	10		+ 1
PP de Contribuição Definida		3	4	7	7	8	31	+ 24	+ 28
Fundos Mistos		1	1	2	2	2	3	+ 1	+ 2
Número de Mandatos Institucionais		**11**	**12**	**14**	**14**	**15**	**35**	**+ 21**	**+ 24**
de gestão descricionária		10	11	12	12	13	38	**+ 26**	**+ 28**
Montante Sob Gestão (M €)		**125**	**152**	**216**	**243**	**265**	**247**	**+ 31**	**+ 122**
Número de Participantes		**5.027**	**5.843**	**7.271**	**7.991**	**8.643**	**9.467**	**+ 2196**	**+ 4440**
Número de Pensionistas e Beneficiários		**1.296**	**1.572**	**1.904**	**2.027**	**2.016**	**2.073**	**+ 169**	**+ 777**
Montante das Pensões Pagas (m €)		**4.749**	**5.418**	**6.271**	**7.117**	**8.077**	**9.467**	**+2659**	**+ 4718**
Crescimento (%, Montantes sob Gestão)		**10,68%**	**34,07%**	**42,13%**	**12,71%**	**8,83%**	**-6,67%**	**14,48%**	**97,09%**
Rendibilidade Mediana (%)	(2)	**6,20%**	**6,30%**	**6,30%**	**6,30%**	**2,20%**	**-10,00%**	**4,90%**	**5,00%**
Quota de Mercado		**0,77%**	**1,00%**	**1,14%**	**1,15%**	**1,18%**	**1,22%**	-	-
Mercado de Fundos de Pensões									
Montante Sob Gestão (M €)	(1)	**16.283**	**15.186**	**18.982**	**21.185**	**22.356**	**20.242**	**+ 1260**	**+ 3959**
Crescimento (%)		**2,54%**	**-4,37%**	**25,00%**	**11,61%**	**5,53%**	**-9,46%**	**6,64%**	**24,32%**
Rendibilidade Mediana (%)	(2)	**7,80%**	**5,70%**	**8,00%**	**5,40%**	**3,10%**	**-7,00%**	**5,80%**	**6,20%**

Fontes: (1) Instituto de Seguros de Portugal – Boletim de Fundos de Pensões
(2) Mercer Investment Consulting (Mediana)

A Banif Açor Pensões manteve em 2008 o 10º lugar do ranking do mercado português no que diz respeito ao volume de activos de gestão, ao qual corresponde 1,22% de quota de mercado.

2.2 Perspectivas para 2009

O próximo exercício apresenta expectativas menos favoráveis à concretização da constituição de novos fundos e obtenção de novos mandatos de gestão, não só porque o mercado apresenta fundados sentimentos de receio como pelo facto de, quer ao nível das empresas, quer dos particulares, haver menos disponibilidade para afectar poupanças a veículos de financiamento sem qualquer liquidez. Contudo, perspectiva-se que durante o primeiro trimestre de 2009, seja formalizada uma nova adesão aos novos abertos.

A Sociedade continuará a desenvolver a sua actividade comercial, quer directamente, quer concertadamente com as Direcções Comerciais do Grupo Banif, com quem tem vindo a fazer nos últimos 3 anos, reforçando as respectivas relações de parceria e acrescentando valor às propostas apresentadas.

O desenvolvimento da aplicação de gestão dos fundos de pensões será continuado durante o ano de 2009, nomeadamente no que diz respeito ao módulo de reembolsos, que permitirá finalmente automatizar os respectivos pagamentos aos beneficiários dos fundos de pensões de contribuição definida, optimizando a gestão de recursos e libertando o excesso administrativo inerente a estes processos. Com a conclusão do desenvolvimento do módulo de movimentos, num futuro próximo, será possível disponibilizar de forma interactiva e tempestiva, através do site institucional, a posição patrimonial dos participantes nos respectivos fundos, para além da posição agregada junto da Entidade Gestora.

Os módulos de reporte a entidade oficiais, nomeadamente à Direcção Geral de Impostos e ao Instituto de Seguros de Portugal, encontram-se na fase final de desenvolvimento e vão permitir reduzir o intenso e vasto peso administrativo existente nas várias fases de produção, validação e entrega, dos modelos de reporte das contribuições e rendimentos e retenções do ano em curso.

Os princípios de independência e de segregação operacional e dos processos de decisão transparentes e auditáveis, manter-se-ão inalterados, cumprindo com os vectores orientadores da actividade da Sociedade.

Numa perspectiva de valor, encontram-se calendarizadas ao longo do ano, com os Associados e as Comissões de Acompanhamento, reuniões trimestrais de acompanhamento da gestão dos respectivos fundos de pensões, as quais permitem, não só reformar a proximidade da Sociedade junto dos actuais clientes, como reforçar a relação de confiança, cada vez mais relevante, num contexto adverso de mercado a que as carteiras de activos se encontram

expostas. Serão desenvolvidas acções de formação aos novos participantes dos fundos de pensões, como forma de potenciar e dinamizar a respectiva participação e consequente apropriação do conceito e da necessidade de planeamento da reforma.

A Sociedade continuará a investir no desenvolvimento dos seus recursos humanos, quer pelas acções de formação internas, quer recorrendo a formação externa, sempre que se justifique. O melhor desempenho dos seus recursos humanos, permitirá aumentar o valor do serviço disponibilizado, respondendo com eficácia às solicitações dos seus clientes, internos e externos.

Perspectiva-se que o ano de 2009 seja bastante negativo sob o ponto de vista económico-financeiro. A confiança dos agentes económicos terá que restabelecer-se, permitindo que os mercados possam começar a antecipar a recuperação e a valorizar-se face aos níveis deprimidos a que transaccionam.

O *Asset Allocation* extremamente conservador que as carteiras apresentavam no encerramento do exercício de 2008 correspondeu a um conjunto de decisões tácticas num contexto de mercado verdadeiramente excepcional e será revertido de forma progressiva, à medida que existirem sinais mais concretos de normalização das condições de funcionamento dos mercados monetários e de crédito. As medidas adoptadas são, por natureza, temporárias e não implicam uma alteração dos pressupostos pelos quais se rege a gestão financeira das respectivas carteiras e, como tal, não condicionam uma alteração permanente da política de investimentos dos fundos em questão.

Os objectivos para 2009 continuarão a ser ambiciosos, quer pela contínua captação de clientes e constituição de novos fundos, quer pela contínua exigência de padrões elevados do serviço disponibilizado a todos os seus clientes.

3. Análise do Balanço e Demonstração de Resultados

Os capitais próprios da Sociedade evidenciaram um acréscimo de 3,6%, resultante da incorporação de Reservas e do Resultado do Exercício corrente, passando 3.536 milhares € em 31 de Dezembro de 2007, para 3.662 milhares € em 31 de Dezembro de 2008.

O montante total dos Proveitos no exercício ascendeu a 956 milhares €, o que representou um acréscimo de 1,5% relativamente ao valor obtido em 2007, o qual ficou a dever-se ao aumento verificado na rubrica de juros e proveitos similares – juros e mais valias realizadas na alienação de activos da carteira da sociedade – que superou a redução observada em proveitos e ganhos extraordinários.

Os custos operacionais registaram um ligeiro acréscimo de 1% relativamente a 2007, situando-se nos 612 mil euros, sem um significado especial que lhe seja atribuível até porque a estrutura de custos permaneceu idêntica. Efectivamente, a Sociedade conseguiu manter uma grande contenção nos investimentos, fundamentalmente de base tecnológica, que, no futuro próximo, não poderão deixar de se realizar sem que se comprometa o desejável e necessário crescimento do volume de negócios e o cumprimento dos critérios de avaliação e monitorização de riscos aplicáveis a esta área de negócio.

A evolução da concorrência, fundamentalmente ao nível da disponibilização e qualidade dos serviços, determinam cada vez mais um crescimento acentuado dos recursos, relacionados, quer com ferramentas de suporte ao negócio, quer com exigências de cobertura, através de capitais próprios, de garantias de taxa e capital incluídos em alguns produtos fundamentalmente destinados a particulares.

Embora não tenha ainda transparecido objectivamente em 2008, os custos administrativos continuarão a aumentar necessariamente em função da profunda alteração do ambiente jurídico em que se desenvolve a actividade dos fundos de pensões, da qual passou a decorrer um conjunto cada vez mais vasto e importante de obrigações de controle, informação e divulgação por parte da Entidade Gestora, a par da importante transformação de que os actuais fundos de pensões estão a ser objecto, nomeadamente de Benefício Definido para Contribuição Definida, assim como da previsível constituição de novos mandatos de gestão cujos custos de aquisição são, actualmente, bastante elevados.

Alguns dos custos continuam a beneficiar, efectivamente, das sinergias do grupo financeiro em que a Sociedade se insere, com uma importância acrescida no exercício findo face aos resultados operacionais. O volume de negócios actual continua a determinar a necessidade de adoptar uma política de gestão flexível, privilegiando o recurso à subcontratação de serviços, em detrimento do investimento no desenvolvimento estrutural da Sociedade.

O Resultado Líquido obtido pela Sociedade no ano de 2008 ascendeu a € 126 milhares de €, o que representa um ROE de 3,55%, o qual compara com os 4,79% em 2007, calculado sobre os capitais próprios no início do exercício.

4. Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido apurado no exercício de 2008 foi de € 125.657,81, para o qual o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

Para Reservas Legais:	€	6.282,89
Para Reservas Livres:	€	119.374,92

5. Nota Final

O Conselho de Administração agradece ao Instituto de Seguros de Portugal e a às restantes Entidades Públicas o apoio que lhe foi concedido e congratula-se com a confiança que os Accionistas e os Associados dos Fundos continuaram a dispensar-lhe.

A todos os colaboradores uma palavra de agradecimento pela dedicação dispensada.

Lisboa, 2 de Março de 2009

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artur Manuel da Silva Fernandes
Presidente

Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques

Carlos Alberto Rodrigues Ballesteros Amaral Firme

Luís Filipe Saramago Carita

Carlos Eduardo Pais e Jorge

6. Demonstrações Financeiras

6.1 Balanço e Demonstração de Resultados

Balanço a 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Activo	31-Dez-2008			31-Dez-2007
	Activo Bruto	Amortizações e Ajustamentos	Activo Líquido	Activo Líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	25.886	25.886	0	7.969
	25.886	25.886	0	7.969
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento admistrativo	100.911	97.743	3.168	3.598
	100.911	97.743	3.168	3.598
Dívidas de terceiros - Curto prazo				
Clientes, c/c	156.702		156.702	181.000
Estado e outros entes públicos	30.941		30.941	48.922
Outros devedores	102.017		102.017	-
	289.659		289.659	229.923
Títulos negociáveis:				
Outros títulos negociáveis	450.065	94.515	355.550	1.857.184
	450.065	94.515	355.550	1.857.184
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	3.138.997		3.138.997	1.069.460
Caixa	78		78	78
	3.139.074		3.139.074	1.069.538
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	251.082		251.082	458.601
Custos diferidos	2.993		2.993	3.740
	254.075		254.075	462.341
Total de amortizações		**123.629**		
Total de provisões		**94.515**		
Total do activo	**4.259.671**	**218.145**	**4.041.526**	**3.630.553**

Valores Monetários expressos em € (euros)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Balanço a 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Capital Próprio e Passivo	31-Dez-2008	31-Dez-2007
Capital próprio:		
Capital	1.850.000	1.850.000
Prémio de emissão de acções	260.127	260.127
Reservas:		
Reservas legais	64.713	56.624
Reservas estatutárias	0	0
Reservas livres	1.359.124	1.205.440
Resultados transitados	2.036	2.036
Subtotal	3.536.000	3.374.228
Resultados líquido do exercício	125.658	161.773
Total do Capital Próprio	**3.661.658**	**3.536.000**
Passivo:		
Dividas a terceiros - Curto prazo:		
Dividas a instituições de crédito	0	0
Fornecedores c/c	262.930	8.522
Estado e outros entes públicos	6.532	6.672
Outros credores	74.518	40.530
	343.980	55.724
Acrésimos e diferimentos		
Acréscimos de custos	35.887	38.829
Proveitos Diferidos	0	0
	35.887	38.829
Total do Passivo	**379.868**	**94.552**
Total do Capital Próprio e do Passivo	**4.041.525**	**3.630.553**

Valores Monetários expressos em € (euros)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Demonstração de Resultados do Exercício de 2008 e 2007

Contas		2008		2007
Custos e perdas				
Custo mercadorias vend. mat. consumidas				
Fornecimento e serviços terceiros			379.186	369.406
Custos com o pessoal:				
Remunerações		180.962		183.845
Encargos Sociais:				
Outros		41.143	222.105	40.082
Amortizações e ajustamentos			9.370	10.399
Provisões				
Impostos				373
Outros custos e perdas operacionais			1.400	1.815
	(A)		**612.061**	**605.920**
Ajustamentos de Aplicações Financeiras		93.476		72.758
Juros e custos similares:				
Juros suportados		24		0
Outros		83.454	176.954	39.790
	(C)		**789.015**	**718.469**
Custos e perdas extraordinárias			12.037	25.810
	(E)		**801.051**	**744.279**
Imposto sobre o rendimento do exercício			29.735	36.114
	(G)		**830.787**	**780.394**
Resultado líquido do exercício			125.658	161.773
			956.444	**942.166**
Proveitos e ganhos				
Prestação de serviços			700.273	703.303
	(B)		**700.273**	**703.303**
Outros juros e proveitos similares:				
Outros			216.288	143.683
	(D)		**916.561**	**846.986**
Proveitos e ganhos extraordinários			39.884	95.180
	(F)		**956.444**	**942.166**
Resumo				
Resultados operacionais	**(B) - (A)**		**88.212**	**97.383**
Resultados financeiros	**(D-B) - (C-A)**		**39.334**	**31.134**
Resultados correntes	**(D) - (C)**		**127.546**	**128.517**
Resultados antes de impostos	**(F) - (E)**		**155.393**	**197.887**
Resultado líquido do exercício	**(F) - (G)**		**125.658**	**161.773**

Valores Monetários expressos em € (euros)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

6.2 Inventário de Títulos e Participações Financeiras

Designação	Moeda	Quantidade	Preço Custo Unitário	Preço Custo Médio	Cotação	Valor de Mercado	Menos Valias	Mais Valias	Juro Decorrido
Obrigações Diversas									
Estrangeiras									
Banif Float 12/49	EUR	250.000	100,00%	250.000	63,42%	158.550	91.450	0	1.436,40
PTCL Float	EUR	200.000	100,03%	200.065	98,50%	197.000	3.065	0	3.306,08
Sub-Total Obrigações Diversas Estrangeiras				**450.065**		**355.550**	**94.515**	**0**	**4.742**
Sub-Total Obrigações				**450.065**		**355.550**	**94.515**	**0**	**4.742**
Outros Títulos									
Sub-Total Outros Títulos				**0**		**0**	**0**	**0**	**0**
TOTAL				**450.065**		**355.550**	**94.515**	**0**	**4.742**

Valores Monetários expressos em € (euros)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

6.3 Demonstração de Resultados por Funções

	2008	2007
Vendas e Prestação de Serviços	700.273	703.303
Custo das Vendas e Prestação de Serviços	-299.345	-363.407
Resultado Bruto	**400.928**	**339.896**
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	-	-
Custos de Distribuição	-	-
Custos Administrativos	-284.869	-285.692
Outros Custos e Perdas Operacionais	-	-
Resultados Operacionais	**116.059**	**54.204**
Custo Líquido de Financiamento	-	-
Resultados em Filiais e Associadas	-	-
Resultados em Outros Investimentos	39.334	143.683
Resultados Correntes	**155.393**	**197.887**
Impostos sobre os Resultados Correntes	-29.735	-36.114
Resultados Correntes após Impostos	**125.658**	**161.773**
Resultados Extraordinários	-	-
Impostos sobre os Resultados Extraordinários	-	-
Resultados Líquidos	**125.658**	**161.773**
Resultados por Acção	**0,34**	**0,44**

Valores Monetários expressos em € (euros)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

6.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2008		2007	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS				
Resutado líquido do exercício	125.658	**125.658**	161.773	**161.773**
Ajustamentos				
Amortizações	9.370		10.609	
Resultados Financeiros	-69.623		-72.460	
Aumento das Dívidas de Terceiros	-59.736		-10.746	
Diminuição das Dívidas de Terceiros				
Aumento das Dívidas a Terceiros	288.257			
Diminuição das Dívidas a Terceiros			-115.357	
Diminuição dos Acréscimos de Proveitos	207.519		586.593	
Aumento dos Acréscimos de Proveitos				
Diminuição dos Custos Diferidos	747		395	
Aumento dos Custos Diferidos				
Diminuição dos Acréscimos de Custos	-2.941		-412.456	
Aumento dos Acréscimos de Custos				
Diminuição dos Proveitos Diferidos				
Diminuição Provisões				
Aumento Provisões		**373.592**		**-13.422**
Fluxos das actividades operacionais		**499.250**		**148.351**
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos respeitantes a:				
Juros e Proveitos Similares	106.005	**106.005**	109.926	**109.926**
Pagamentos respeitantes a:				
Imobilizações	-971		-2.723	
Juros e Custos Similares	-24	**-995**	-522	**-3.244**
Fluxos das actividades de investimento		**105.010**		**106.682**
Variação de caixa e seus equivalentes		**604.260**		**255.033**
Caixa e seus equivalentes no ínicio do período		**2.984.880**		**2.729.847**
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**3.589.140**		**2.984.880**
		604.260		**255.033**

Valores Monetários expressos em € (euros)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa

Nota 2: Componentes de Caixa e seus Equivalentes

A composição dos componentes de caixa e seus equivalentes era a seguinte:

	2008	2007
Numerário	**78**	**78**
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	**1.528.997**	**689.460**
Equivalentes de caixa:	**1.610.000**	**380.000**
Depósitos a prazo	1.610.000	380.000
Outras disponibilidades:	**450.065**	**1.915.342**
Acções		
Obrigações	450.065	1.915.342
Títulos de dívida pública	0	0
Outros Títulos	0	0
	3.589.140	**2.984.880**

Valores Monetários expressos em € (euros)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

6.5 Anexo às Contas

Introdução

A Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. teve a sua origem na Açor Pensões, sociedade fundada em Dezembro de 1990 e adquirida e integrada no Grupo BANIF em 1996. Em 2000, realizou-se a fusão por incorporação da SGM - SGFP Mundial, S.A., a outra sociedade gestora de fundos de pensões do Grupo, e a entrada do Banif Banco de Investimento para seu principal accionista, procedendo-se à alteração da respectiva denominação social para Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A Sociedade tem por objecto a gestão de fundos de pensões. Em 31 de Dezembro de 2008, era responsável pela gestão de 12 fundos de pensões.

As notas às contas constantes deste Anexo, respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade. As não incluídas não se aplicam ou não são significativas para a compreensão das demonstrações financeiras.

Salvo indicação em contrário, todos os valores são expressos em euros.

Nota 1 Princípios Contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas, em todos os aspectos materiais, em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade (POC) aprovado pelo Decreto-Lei Nº 410/89, de 21 de Novembro.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico e na base da continuidade das operações da Sociedade, em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais de consistência, prudência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

Nota 3 Critérios Contabilísticos e Valorimétricos

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações estão mostradas ao custo de aquisição, deduzidas das amortizações acumuladas, as quais são calculadas pelo método das quotas constantes durante um período de 3 anos.

b) Imobilizações corpóreas

São mostradas pelo seu valor de custo, deduzidas de amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com o DL nº 2/90, de 12 de Janeiro.

c) Títulos Negociáveis

Os títulos negociáveis que compreendam aplicações em obrigações, estão registados pelo custo médio de aquisição, líquidos de ajustamentos para cobrir menos-valias potenciais. Os juros dos títulos negociáveis são reconhecidos no período a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento.

d) Prestação de Serviços

As comissões que estão registadas na rubrica Prestação de serviços no período a que dizem respeito são relacionadas com a remuneração dos serviços prestados cobrados aos fundos geridos e compreendem a gestão financeira dos activos, actuarial, administrativa e pagamento de pensões.

e) Acréscimos e diferimentos

A Sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio de especialização de exercícios; ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

Nota 6 Impostos sobre o Rendimento

A Sociedade está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) cuja taxa normal, na Região Autónoma dos Açores, é reduzida em 30% em relação à taxa em vigor no território nacional (actualmente, esta taxa reduzida é de 17,5%). Está também sujeita, como estabelecido na Lei das Finanças Locais, à derrama fixada pelo município até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Adicionalmente, encontra-se também sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (a segurança social pode ser revista durante um período de cinco anos), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Adicionalmente, as autoridades fiscais poderão também efectuar correcções, sempre que as relações especiais tenham sido estabelecidas em condições diferentes das que seriam normalmente acordadas com entidades independentes. A Administração da Sociedade considera que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais, aquelas declarações de impostos não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 não existiam situações susceptíveis de registo em impostos diferidos.

Nota 7 Número médio de pessoas ao serviço da empresa

O número de empregados em 2008 é de 5.

Nota 10 Movimentos ocorridos no activo imobilizado

Os movimentos ocorridos na rubrica do activo imobilizado, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, resume-se como segue:

2008					
Imobilizado Corpóreo			**Imobilizado Incorpóreo**		
Activo Bruto			**Activo Bruto**		
	Saldo Inicial	**99.941**		**Saldo Inicial**	**25.886**
	Aumentos do Ano	970		Aumentos do Ano	
	Alienações do Ano			Alienações do Ano	
	Saldo Final	**100.911**		**Saldo Final**	**25.886**
Amortizações			**Amortizações**		
	Saldo Inicial	**96.343**		**Saldo Inicial**	**17.917**
	Reforço do ano	1.400		Reforço do ano	7.969
	Alienações do ano			Alienações do ano	
	Saldo final	**97.743**		**Saldo final**	**25.886**
Valor Líquido			**Valor Líquido**		

Valores Monetários expressos em € (euros) — Valores Monetários expressos em € (euros)

Nota 16 Empresas do Grupo

As contas da Sociedade são consolidadas ao nível da BANIF-SGPS, S.A., a qual tem a sede social no Funchal. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os principais saldos com as empresas relacionadas são assim resumidas:

		2008	2007
Depósitos à ordem	BANIF	33.779	8.319
	BCA	79.801	66.082
	BBI	1.415.417	615.059
Clientes	FP BANIF	165.896	337.709
	FP BCA	82.503	156.275
	FP BBI	2.807	1.220

Valores Monetários expressos em € (euros)

Nota 17 Títulos Negociáveis

A composição desta rubrica está detalhada em 6.2. Estas obrigações venciam juros às taxas anuais que variam entre 5,251% e 6,296%.

Nota 21 Movimentos ocorridos nas rubricas do activo circulante

Os ajustamentos de aplicações de tesouraria tiveram, durante o ano, o seguinte movimento:

	2008	2007
Saldo Inicial	**58.158**	**21.213**
Reforço do ano	93.476	72.758
Reversão do ano	57.118	35.814
Saldo Final	**94.515**	**58.158**

Valores Monetários expressos em € (euros)

Nota 36 Composição do Capital

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o Capital social da Sociedade encontrava-se integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 370.000 acções com o valor nominal de 5 euros cada.

Nota 37 Identificação de pessoas colectivas com mais de 20% do capital social

Em 31 de Dezembro de 2008 o Banif - Banco de Investimento, S.A. e a Companhia de Seguros Açoreana, S.A. detinham, respectivamente, uma participação de 51,08% e de 29,19% do capital social da Sociedade.

Nota 40 Movimentos de Capitais Próprios

A composição dos capitais próprios em 31 de Dezembro de 2008, bem como, o movimento ocorrido durante o ano pode ser assim resumido:

2008			
	Saldo Inicial	Movimentos	Saldo Final
Capital	1.850.000		1.850.000
Prémios de Emissão - Acções	260.127		260.127
Reservas Legais	56.624	8.089	64.713
Reservas Livres	1.205.440	153.684	1.359.124
Resultados Transitados	2.036		2.036
Resultado Líquido do Exercício	161.773		125.658
Total	**3.536.000**	**161.773**	**3.661.658**

Valores Monetários expressos em € (euros)

Em conformidade com a legislação em vigor, um mínimo de 5% dos lucros anuais é obrigatoriamente apropriado para a reserva legal, até que esta atinja pelo menos uma quinta parte do capital social. Esta reserva apenas pode ser utilizada para cobertura de prejuízos e para aumento do capital social.

Nota 43 Remunerações dos Órgãos Sociais

Os órgãos sociais desta Sociedade não auferem qualquer remuneração.

Nota 44 Prestação de Serviços

A composição desta rubrica é a seguinte:

	2008	2007
Comissão de gestão	628.390	628.137
Comissão de emissão	37.193	42.735
Comissão de reembolso	981	686
Comissão de processamento de pensões	33.709	31.746
	700.273	**703.303**

Valores Monetários expressos em € (euros)

Nota 45 Resultados Financeiros

Os resultados financeiros em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, resultam de:

	2008	2007
Custos e perdas financeiras		
Juros suportados	24	0
Ajustamentos de aplicações financeiras	93.476	72.758
Perdas na alienação de aplicações financeiras	69.985	39.269
Outros	13.470	522
	176.954	**112.549**
Proveitos e ganhos financeiros		
Juros obtidos	158.341	109.926
Ganhos na alienação de aplicações financeiras	829	0
Reversões de aplicações financeiras	57.118,00	33.757
	216.288	**143.683**
Resultados Financeiros	**39.334**	**31.134**

Valores Monetários expressos em € (euros)

Nota 46 Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, resultam de:

	2008	2007
Custos e perdas extraordinários		
Multas e penalidades	514	0
Correcções de anos anteriores	11.523	25.810
	12.037	
Proveitos e ganhos financeiros		88.665
Correcções de anos anteriores	39.884	6.514
	39.884	**95.180**
Resultados Financeiros	**27.847**	**69.370**

Valores Monetários expressos em € (euros)

Nota 49 Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos devedores e credores no final do ano resumiam-se como segue:

	2008	2007
Saldos devedores		
Pagamentos por conta	29.591	61.007
IRC a recuperar	-12.536	-18.915
Retenções na fonte	13.885	6.831
	30.941	48.922
Saldos de credores		
Retenções na fonte	2.474	2.671
Taxa social única	4.058	4.001
	6.532	6.672

Valores Monetários expressos em € (euros)

Nota 50 Componentes de Caixa e Seus Equivalentes

A composição dos depósitos bancários imediatamente mobilizáveis dizem respeito a Depósitos à Ordem, os quais ascendiam em 31 de Dezembro de 2008 a € 3.138.997 e venceram juros a uma taxa média de 4,55%.

Nota 51 Acréscimos e Diferimentos

A rubrica de Acréscimo de proveitos tem a seguinte composição:

	2008	2007
Juros a receber	52.336	10.954
Comissões a receber - Fundos	195.365	444.265
Outros	3.381	3.382
	251.082	**458.601**

Valores Monetários expressos em € (euros)

Na rubrica de Custos diferidos estão registados os encargos antecipados com os que serão reconhecidos como custos no próximo ano durante o período da sua vigência. Em 31 de Dezembro de 2008, os encargos assim diferidos perfazem € 2.993 (em 2007, € 3.740).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica de Acréscimos de Custos tem a seguinte composição:

	2008	2007
Remunerações a pagar	28.815	28.379
Outros	7.072	10.450
	35.887	**38.829**

Valores Monetários expressos em € (euros)

Nota 52 Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Água, Energia e Combustível	2.710	3.142
Material Escritório	6.839	4.122
Rendas Viaturas	6.667	7.914
Comunicações (Telef., Telem., Correio, etc.)	6.508	8.409
Deslocações/Estadas	3.809	2.972
Despesas de Representação	99	3.659
Publicidade Obrigatória	1.264	3.242
Publicidade Não Obrigatória (Campanhas Publicit., etc.)	2.747	30.238
Comissionistas/Avenças e Honorários	10.104	5.808
Conservação e Reparação	1.790	871
Seguros	3.263	2.019
Serv. Jurídicos, Contencioso e Notariado	548	628
Serviços Especializados - Informática	7.810	8.115
Serviços Especializados - Contab. e Revisão de Contas	7.073	8.869
Serviços Especializados - Cedência Pessoal Especializ.	26.000	26.000
Serviços Especializados - Gestão de Activos	253.980	213.131
Encargos com Formação	1.053	0
Outros Fornec. e Serv. Terceiros	36.923	40.268
	379.186	**369.406**

Valores Monetários expressos em € (euros)

Nota 53 Custos com Pessoal

Em 2008 e 2007, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

	2008	2007
Salários	169.644	183.845
Encargos Sociais	38.783	37.502
Outros Custos de Pessoal	13.678	2.579
	222.105	**223.927**

Valores Monetários expressos em € (euros)

Nota 54 Fundos de Pensões Geridos

A Sociedade geria à data de 31 de Dezembro de 2008 Fundos de Pensões no montante de 247.083.268 euros (em 2007, 264.737.429 euros), incluindo 170.985.937 euros relativos a fundos de empresas do Grupo Banif e outras entidades relacionadas (em 2007, 183.748.921 euros).

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Anexo

I Informação nos termos dos Artigos 289º e 447º do Código das Sociedades Comerciais

Valores Mobiliários detidos em 31 de Dezembro de 2008 e transacções efectuadas pelos Membros do Conselho de Administração

Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes

Em 31 de Dezembro de 2008, era titular de 1 acção do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A., de 1 acção do Banif Banco de Investimento (Brasil), S.A., de 1 acção da Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A., de 1 acção da Econofinance, S.A. (todas acções preferenciais sem direito a voto), de 1 acção da Banif Nitor Asset Management S.A. e 1 acção da Banif Private Equity S.A. (acções ordinárias com direito a voto).

Durante o ano de 2008 efectuou as seguintes transacções:

- Em 29 de Janeiro de 2008 adquiriu, em bolsa, 30.000 acções da Banif – SGPS, S.A. pelo valor nominal médio de € 2,90;
- Em 30 de Janeiro de 2008 alienou, em bolsa, 30.000 acções da Banif – SGPS, S.A. pelo valor nominal médio de € 3,127;
- Em 29 de Dezembro de 2008 alienou, fora de bolsa, 4.175 acções da Vestiban – Gestão de Investimentos, S.A. pelo valor nominal médio de € 7,80.

Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques

Em 31 de Dezembro de 2008 era titular de 1 acção do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA, 1 acção da Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A. (acções preferenciais nominativas sem direito a voto), 1 acção da Banif Nitor Asset Management SA e 1 acção do Banif Private Equity, S.A. (acções ordinárias com direito a voto), bem como 50 obrigações perpétuas "Banif – Banco de Investimento (Upper Tier II)".

Durante o ano de 2008 efectuou as seguintes transacções:

- Em 26 de Dezembro de 2008 alienou 2.075 acções da Vestiban – Gestão de Investimentos, S.A., pelo preço unitário de € 7,80.

Dr. Carlos Alberto Rodrigues Ballesteros Amaral Firme

Em 31 de Dezembro de 2008, não era titular, nem possuiu durante o ano de 2008, quaisquer acções ou obrigações da Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., ou de qualquer sociedade com a qual esta esteja em relação de domínio ou de grupo.

Dr. Luís Filipe Saramago Carita

Em 31 de Dezembro de 2008, não era titular, nem possuiu durante o ano de 2008, quaisquer acções ou obrigações do Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., ou de qualquer sociedade com a qual esta esteja em relação de domínio ou de grupo.

Dr. Carlos Eduardo Pais e Jorge

Em 31 de Dezembro de 2008, não era titular, nem possuiu durante o ano de 2008, quaisquer acções ou obrigações do Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., ou de qualquer sociedade com a qual esta esteja em relação de domínio ou de grupo.

Valores Mobiliários detidos em 31 de Dezembro de 2008 e transacções efectuadas pelo Fiscal Único da Sociedade

Dr. Manuel Luís Fernandes Branco

Em 31 de Dezembro de 2008, não era titular, nem possuiu durante o ano de 2008, quaisquer acções ou obrigações do Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., ou de qualquer sociedade que com ela esteja em relação de domínio ou de grupo.

Valores Mobiliários da Banif Açor Pensões, detidos em 31 de Dezembro de 2008 pelos Membros do Conselho de Administração e Fiscalização da Sociedade

Em 31 de Dezembro de 2008, os Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização não eram titulares, nem possuíam durante o ano de 2008, quaisquer acções ou obrigações da Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Cargos desempenhados noutras Sociedades do Grupo Banif pelos Membros do Conselho de Administração em 31 de Dezembro de 2008

O **Senhor Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes** exercia igualmente os cargos de:

Presidente do Conselho de Administração
Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.
Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
Banif Multifund, Ltd.
Banif International Asset Management, Ltd.
Banif Securities, Inc.
Banif Securities Holdings, Ltd.
Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Presidente da Comissão Executiva e Vice-Presidente do Conselho de Administração
Banif - Banco de Investimento, S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração
Centro Venture – Sociedade de Capital de Risco, S.A.

Vogal do Conselho de Administração
Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.
Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.
Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
Banif SGPS, S.A.
Banif Investimentos – SGPS, S.A.
Banif Financial Services Inc.
Econofinance, S.A.
Fomentinvest – SGPS, S.A.
Banif Nitor Asset Management, S.A.
Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A.
Banif Bank Malta

Exercia, ainda, à data de 31 de Dezembro de 2008, em representação do Banif – Banco de Investimento SA, as funções de Vogal da Direcção da Câmara de Comércio e Industria Luso – Brasileira.

O **Senhor Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques** exercia igualmente os cargos de:

Vice-Presidente do Conselho de Administração
Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.
Aplicação Urbana XIII Investimento Imobiliário, S.A.
Aplicação Urbana XIV Investimento Imobiliário, S.A.
GCC Lisboa – Gestão de Centros Comerciais, S.A.
GCC Funchal – Gestão de Centros Comerciais, S.A.

Vogal do Conselho de Administração
Banif – Banco de Investimento, S.A.
Banif International Asset Management, Ltd.
Banif Multifund, Ltd.
Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A.

Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
Banif Nitor Asset Management, S.A.
Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A.

Exercia, ainda, à data de 31 de Dezembro de 2008, em nome próprio, as funções de Presidente do Conselho de Administração da APAF – Associação Portuguesa de Analistas Financeiros.

O **Senhor Dr. Carlos Alberto Rodrigues Ballesteros Amaral Firme** exercia igualmente os cargos de:

Vogal do Conselho de Administração
Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.
Banif International Asset Management, Ltd.
Banif MultiFund, Ltd.

O **Senhor Dr. Luís Filipe Saramago Carita** exercia igualmente os cargos de:

Vogal do Conselho de Administração
Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.
Banif MultiFund, Ltd.
Banif International Asset Management, Ltd.
Banif Real Estate Polska, Limited Liability Company
Aplicação Urbana XIII Investimento Imobiliário, S.A.
Aplicação Urbana XIV Investimento Imobiliário, S.A.
GCC Lisboa – Gestão de Centros Comerciais, S.A.
Tiner Polska

O **Senhor Dr. Carlos Eduardo Pais e Jorge**, exercia igualmente os cargos de:

Vogal do Conselho de Administração
Banif – Banco de Investimento, S.A.
Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.
Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Cargos desempenhados noutras Sociedades pelo Fiscal Único da Sociedade em 31 de Dezembro de 2008

O **Senhor Dr. Manuel Luís Fernandes Branco** exercia igualmente os cargos de:

Fiscal Unico Efectivo
Investaçor, SGPS, S.A..
Investaçor Hoteis, S.A.
Hotel Pico, S.A.
Turotel – Turismo e Hoteis dos Açores, S.A.
Açortur – Investimentos Turisticos dos Açores, S.A.

II Informação nos termos do Artº 448º do Código das Sociedades Comerciais

Lista de Accionistas a que se refere o n.º 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, com referência a 31 de Dezembro de 2008

Titularidade	Acções Detidas	%
Banif Banco de Investimento, S.A.	189.000	51,08%
Companhia de Seguros Açoreana, S.A.	108.000	29,19%
Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.	40.000	10,81%

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Certificação Legal das Contas

UHY & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Av. Infante D. Henrique, 3 – 2º
9500 - 150 PONTA DELGADA
Telef.: 296 283 246
Fax.: 296 000 023
Email: mbranco@uhy-portugal.pt
Web : www.uhy-portugal.pt

RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO

Senhores accionistas,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações de resultados por naturezas e funções e a Demonstração dos fluxos de caixa e o respectivo Anexo da **BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.,** respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.

2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da actividade da **BANIF AÇOR PENSÕES**, tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.

3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da **BANIF AÇOR PENSÕES**.

4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e reflectem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.

5. Os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas são os constantes do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados e correspondem à correcta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais

6. Em face do que antecede, formulamos o parecer que se anexa, o qual deve ser publicado para cumprimento da lei.

Ponta Delgada, 2 de Março de 2009

UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

UHY & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Av. Infante D. Henrique, 3 – 2º
9500 - 150 PONTA DELGADA
Telef.: 296 283 246
Fax.: 296 000 023
Email: mbranco@uhy-portugal.pt
Web : www.uhy-portugal.pt

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores accionistas,

Procedemos a acção fiscalizadora da **BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.**, nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

(a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas e funções, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, e

(b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 2 de Março de 2009

UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

UHY & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Av. Infante D. Henrique, 3 – 2º
9500 - 150 PONTA DELGADA
Telef.: 296 283 246
Fax.: 296 000 023
Email: mbranco@uhy-portugal.pt
Web : www.uhy-portugal.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.,** as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de balanço de 4.041.526 euros e um total de capital próprio de 3.661.658 euros, incluindo um resultado líquido de 125.658 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de

Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iii) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.** em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Ponta Delgada, 2 de Março de 2009

UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)